

REUNIÃO CA de 11/03/2019

ANEXO 1

ASSEMBLEIA GERAL

ANEXO 1

13/03/2019

vimagua

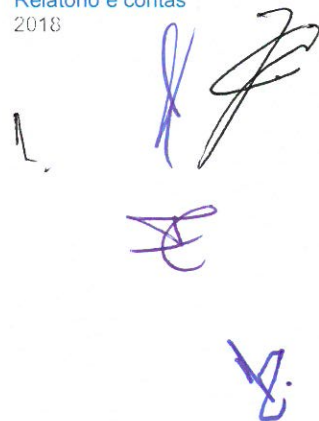
Empresa de Água e Saneamento
de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

Relatório e Contas

2018

Índice

Índice	1
Mensagem do Presidente.....	3
Principais Indicadores	5
Introdução	7
Estrutura Organizacional.....	8
Órgãos Sociais.....	8
Estrutura orgânica	10
Estratégia Empresarial	12
A Empresa	12
Enquadramento Setorial.....	15
Missão, Visão e Valores	17
Política da Qualidade, Ambiente e Segurança.....	18
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética.....	19
Regulamento Geral de Proteção de Dados.....	20
Comunicação e Educação	22
Áreas de Atividade	28
Gestão de Clientes.....	41
Investimento	50
Recursos Humanos	54
Desempenho Económico e Financeiro.....	65
Perspetivas Futuras	73
Proposta de Aplicação de Resultados	76
Considerações Finais	77
Demonstrações financeiras	78
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	79
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	80
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017....	81
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2018....	82
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	83
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	84
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	85

The image shows three distinct handwritten signatures in blue ink. The top signature is a large, stylized cursive mark. Below it is a smaller, more compact signature. The bottom signature is a simple, bold mark consisting of a few strokes.

Mensagem do Presidente

O exercício de 2018 ficou marcado, à semelhança dos exercícios transatos, por resultados operacionais, francamente, positivos, no montante de 2.463.559Euros, fixando-se o resultado líquido do exercício no montante de 1.277.561Euros, o que é revelador de uma adequada e prudente gestão dos recursos.

Sendo a Vimágua uma empresa encarregada da gestão de serviços de interesse geral que afetam diretamente a vida da generalidade das pessoas numa determinada comunidade, é forçoso que se consiga alcançar um equilíbrio permanente entre as necessidades de investimento, que nesta área de atividade são vultosas, e o preço do serviço.

Com efeito, temos conseguido realizar investimentos importantes e necessários à boa prestação do serviço sem onerar as famílias e sem colocar em causa o equilíbrio económico e financeiro a que a Vimágua está obrigada.

A adequação tarifária é, de facto, uma preocupação constante da gestão, sendo este já o quarto ano sem aumentos nos preços dos serviços, à exceção da componente de saneamento, uma vez que o preço é fixado tendo em conta os valores aprovados pelo prestador de serviços em alta, no caso, pelas Águas do Norte.

No que às prioridades de investimento respeita, prosseguimos o desígnio da expansão de redes com investimentos no valor de 1.188.181Euros, visando a universalização tendencial do serviço de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo atingido taxas de cobertura de serviço acima da média nacional, fixando-se em 97,8% no serviço de abastecimento de água e 91,2% no serviço de saneamento de águas residuais.

Paralelamente, direcionamos recursos para a substituição de redes, para a melhoria dos indicadores do serviço prestado, otimizando os processos e procedimentos, tendo em vista a redução de custos quer financeiros quer ambientais.

Queremos que a Vimágua seja um exemplo de boas práticas, nos diferentes domínios de atuação e tendo em conta os mais elevados padrões de serviço.

Durante o ano de 2018, mercê da candidatura ao fundo ambiental, procedemos à substituição de uma parte da frota automóvel, já muito antiga, por viaturas elétricas, ambicionando vir, gradualmente, a estender, a medida à generalidade da frota.

Com a substituição das viaturas existentes por viaturas elétricas estimamos uma redução de 63,5% na emissão de gases com efeito de estufa, sendo que se prevê, ainda, uma maior redução com a colocação em prática, o que em parte já ocorreu durante o ano de 2018, das medidas constantes do Plano de Redução de Consumo de Energia, de entre as quais sublinha-se a instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo no edifício sede da Vimágua.

A Vimágua tem especiais responsabilidades na proteção dos valores ambientais, designadamente, na proteção dos solos e na despoluição das linhas de água, pelo que existe um comprometimento com os Municípios de Guimarães e Vizela e com a Agência Portuguesa do Ambiente, no sentido de contribuir ativamente para o correto funcionamento do sistema de drenagem de águas residuais, contribuindo, assim, para o desígnio da sustentabilidade ambiental prosseguido pelos Municípios.

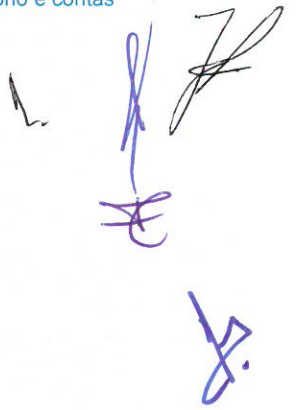
O Presidente do Conselho de Administração


Armindo Costa e Silva

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2016	2017	2018
BALANÇO			
CAPITAL REALIZADO	500 000	500 000	500 000
CAPITAL PRÓPRIO	20 727 580	21 726 296	22 388 342
PASSIVO	36 486 205	35 778 181	36 402 628
ATIVO	57 213 784	57 504 477	58 790 970
CAPITAL PRÓPRIO / ATIVO, %	36,23%	37,78%	38,08%
INVESTIMENTO	2 138 960	5 916 786	3 064 606
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO, % ¹	3,14%	6,18%	5,71%
RENTABILIDADE DO ATIVO, % ²	1,14%	2,33%	2,17%
CONTA DE EXPLORAÇÃO			
VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	17 199 602	17 854 293	18 224 942
RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	17 199 602	17 854 293	18 224 942
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)	5 182 340	6 198 212	6 211 931
em % do Volume de Negócios	30,13%	34,72%	34,08%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT)	1 754 284	2 633 914	2 463 559
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	894 413	1 846 356	1 725 011
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	651 257	1 341 790	1 277 561
CASH-FLOW	4 079 313	4 906 088	5 025 933
ATIVIDADE			
VOLUME TOTAL DE ÁGUA VENDIDA	6 466 907	6 669 361	6 621 425
NÚMERO TOTAL DE CLIENTES	65 199	66 530	67 708
NÚMERO DE MUNICÍPIOS SERVIDOS	2	2	2
N.º TRABALHADORES	168	170	192
CLIENTES/TRABALHADORES	388	391	353

¹Resultado líquido / Capital próprio²Resultado líquido / Ativo total



Handwritten signatures in black and purple ink, including a large stylized signature and a smaller one below it.



Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2018 e a proposta de aplicação de resultados.



O presente Relatório e Contas será acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Relatório e Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º dos Estatutos.

Nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o presente Relatório e Contas será apresentado aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela.

Estrutura Organizacional



Órgãos Sociais

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos, são órgãos sociais da Vimágua a Assembleia geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A Assembleia geral é formada por um representante de cada acionista, competindo aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela designar os respetivos representantes.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da Vimágua, composto por três membros, um dos quais é o Presidente, que são nomeados pela Assembleia Geral, dois sob proposta do Município de Guimarães e um sob proposta do Município de Vizela. É este o órgão de gestão da Vimágua que, no âmbito do contrato de gestão da empresa, define as orientações estratégicas, os planos de atividade e de investimento, os objetivos e orçamentos anuais e plurianuais, controlando a respetiva execução.

Ao Fiscal Único compete a fiscalização das atividades desenvolvidas pela Vimágua, nomeadamente a revisão legal das contas.

O Conselho de Administração iniciou funções a 22 de novembro de 2017, composto pelos seguintes membros:

Presidente: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;

1.º Vogal: Joaquim Meireles Pereira Gonçalves, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vizela e designado sob proposta do Município de Vizela;

2.º Vogal: Marta de Abreu Coutada, designada sob proposta do Município de Guimarães.

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência, acumulando as competências previstas para o cargo de Diretor-geral nos regulamentos e documentos de organização e carreiras da Vimágua.

A **Mesa da Assembleia geral** tem, desde 26 de outubro de 2017, a seguinte composição:

Presidente: Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães;

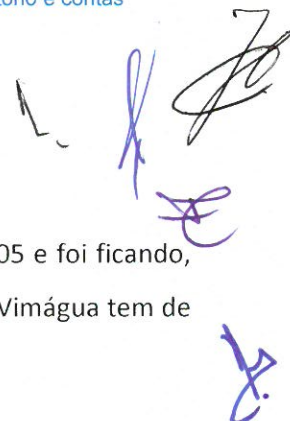
Vogal: Victor Hugo Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Vizela.

Em 2018 a Assembleia geral realizou três sessões, as duas sessões ordinárias previstas nos Estatutos e uma sessão extraordinária.

Conforme determinado no artigo 16.º dos Estatutos da Vimágua, a 16 de março, em sessão ordinária, foi aprovado o Relatório e Contas de 2017, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa, e na sessão ordinária realizada a 16 de outubro foi aprovada a Proposta de *Regulamento do serviço de abastecimento público de água e do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, o Tarifário 2019 e o Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2019*.

Neste exercício realizou-se uma sessão extraordinária, a 6 de julho, onde foi aprovada a *Proposta de plano anual de recrutamento – segundo semestre de 2018*.

Nos termos dos Estatutos da empresa, alterados em 2013 para adequação às novas determinações legais introduzidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Fiscal Único para o mandato 2017-2021 foi designado pelos órgãos deliberativos dos Municípios de Guimarães e Vizela, tendo-se mantido a fiscalização da empresa a cargo da sociedade “**Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.**”, representada por António de Jesus Pereira, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 245 e na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia, Pessoa coletiva n.º 509 332 153, com sede no Edifício Tower Plaza, Via Engenheiro Edgar Cardoso, 23-12.º D, 4400-676 Vila Nova de Gaia.



Estrutura orgânica

O Organograma da Vimágua, aprovado em 2002, tinha tido a sua última revisão em 2005 e foi ficando, em alguns aspetos, desajustado e desadequado às novas realidades e dinâmicas a que a Vimágua tem de responder, na prossecução daquela que é a sua missão.

Assim, o Conselho de Administração da Vimágua, em reunião realizada a 15 de outubro, aprovou o novo organograma da empresa, revogando as correspondentes matérias insertas no atual Regulamento de Organização e Carreiras Profissionais, ainda em vigor.

A nova organização interna visou a implementação de um modelo organizacional, sustentado no princípio da segregação de funções por processos e por unidades orgânicas, com competências bem definidas, tendo como finalidade a melhoria da organização, tornando-a mais ágil e comprometida com os resultados dos indicadores de serviço, orientando-se pelos princípios da unidade, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, pela melhoria qualitativa e quantitativa do serviço prestado, bem como pelos demais princípios legais aplicáveis à atividade de serviço público desenvolvido pela Vimágua.

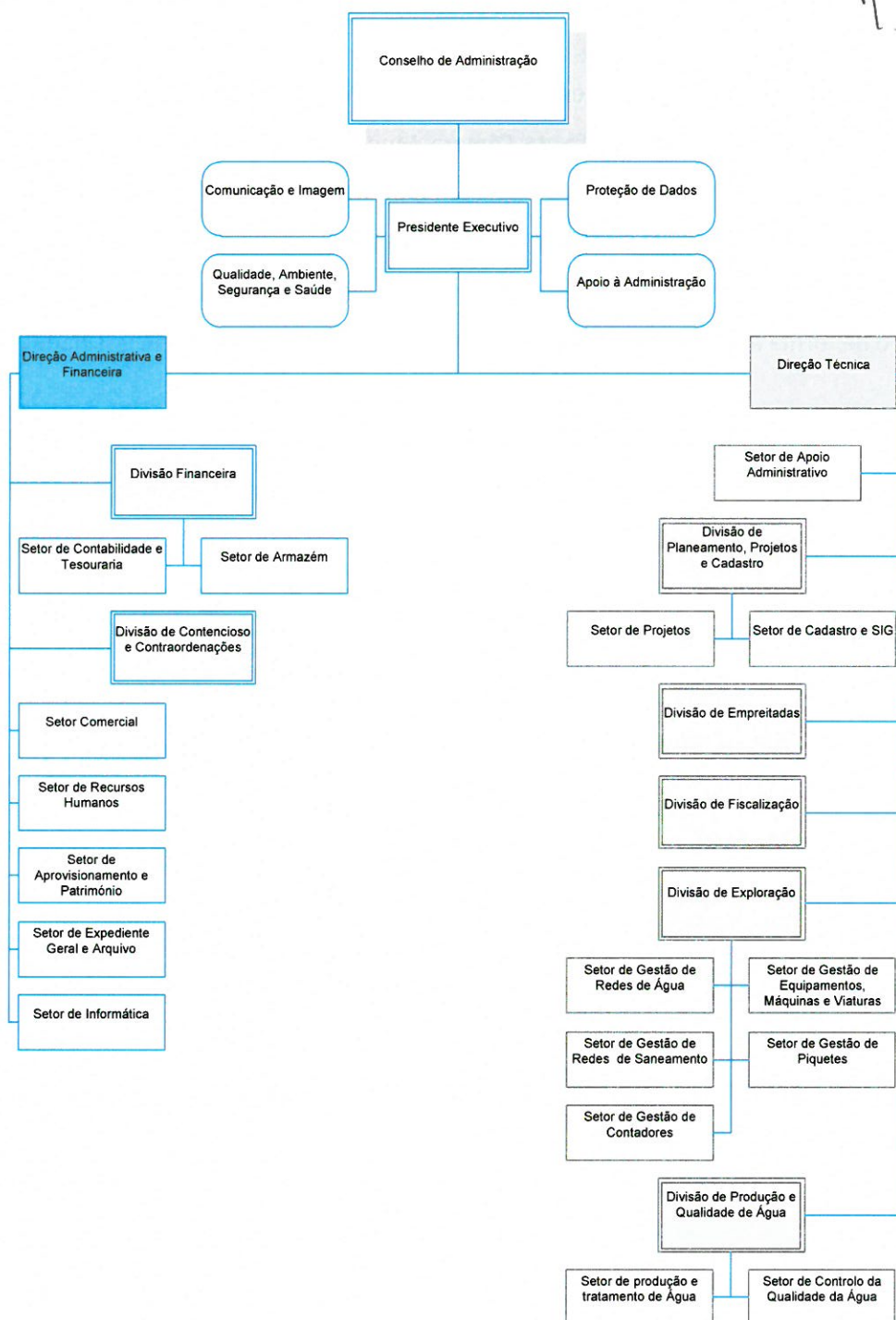
O modelo organizacional e funcional da Vimágua assenta numa estrutura organizativa constituída pelo Conselho de Administração, cujo Presidente tem funções executivas e em duas Direções com valências técnicas muito diferenciadas, o que implica, no âmbito da organização e distribuição de atribuições e competências, um grande esforço de coordenação e intervenção conjunta.

As Direções integram Divisões e Setores, uns diretamente dependentes da Direção outros inseridos em Divisões, consoante a complexidade técnica atribuída às unidades em questão, tendo sempre em conta princípios de eficácia e otimização na coordenação das atividades desenvolvidas.

Na decorrência da revisão do organograma, as anteriores Divisões de Planeamento e Projetos e Exploração foram revistas na sua composição, competências e respetiva divisão setorial e foram criadas quatro novas Divisões: Divisão Financeira, Divisão de Contencioso e Contraordenações, Divisão de Fiscalização e Divisão de Produção e Qualidade de Água.

Destacam-se, ainda, a criação e reformulação das unidades orgânicas dependentes do Presidente Executivo, as quais passaram a ser as seguintes: Gabinete de apoio à administração; Unidade de

qualidade, ambiente, segurança e saúde; Gabinete de comunicação e imagem; Gabinete de Proteção de Dados.



Para implementação da nova organização, foi aprovada pelo Conselho de Administração a composição da estrutura de chefias e demais recursos chave, necessários à sua operacionalização com os respetivos provimentos em comissão de serviço, nos termos do artigo 54.º, do Regulamento de Organização e Carreiras Profissionais, a partir de 1 de dezembro.

Estratégia Empresarial

A Empresa

A Vimágua iniciou a sua atividade em 20 de Fevereiro de 2002, substituindo-se aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães, tendo sido criada, por iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela, com o intuito de usando dos instrumentos previstos na lei, refundar um serviço público, reorganizando estruturas, rentabilizando recursos, implementando novas filosofias de gestão, clarificando competências e responsabilidades, em suma otimizando-o e orientando-o de forma ainda mais exigente e constante para a satisfação das necessidades dos clientes.

Em 28 de dezembro de 2007, por escritura pública e de acordo com a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima, adotando a denominação *Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.*

Identificação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União de Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, 4810-025 Guimarães.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505 993 082

Capital Social e Prestações Suplementares:

Capital Social: 500.000 euros, dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

Prestações Suplementares: €12.240.000

Acionistas:

Município de Guimarães: 450.000 ações

Município de Vizela: 50.000 ações

Âmbito geográfico

A Vimágua atua no âmbito geográfico dos Municípios que a integram, Guimarães e Vizela, cuja cobertura territorial efetiva, por parte desta empresa, regista um significativo crescimento, desde a sua criação e início de atividade.



2 MUNICÍPIOS

53 FREGUESIAS

- SUPERFÍCIE

Guimarães 240,95 km²
Vizela 24,70 km²
Total 265,65 km²

- POPULAÇÃO RESIDENTE

Guimarães 158.124
Vizela 23.736
Total 181.860

- ALOJAMENTOS CLÁSSICOS

Guimarães 66.790
Vizela 9.048
Total 75.838

Objetivos Estratégicos

A 2 de Abril de 2008, foi celebrado entre a Vimágua e os Municípios participantes o *Contrato de Gestão*, para cumprimento das exigências legais do regime jurídico do setor empresarial local e determinação objetiva e concreta de orientações estratégicas dos Municípios em relação à empresa, atenta a sua natureza de entidade gestora encarregada da gestão de serviço de interesse geral.

O Contrato de Gestão, cuja finalidade é regular os direitos e deveres estabelecidos entre os Municípios e a Vimágua, reajustando e reequilibrando, assim, em termos económicos, a relação existente, por forma a tornar viável a atividade da Vimágua, define de forma clara os objetivos da sua atividade:

- a) Assegurar a qualidade, universalidade e continuidade dos serviços de interesse geral delegados na Vimágua e enquadrados pelo Contrato de Gestão, na área dos municípios de Guimarães e Vizela.
- b) Proteger os munícipes, assegurando o funcionamento dos Sistemas e a obtenção de níveis de satisfação e de qualidade das necessidades básicas da população ao nível de distribuição de água para consumo humano e saneamento das águas residuais.

- c) Manter e renovar as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afetos aos Sistemas, quando necessário.
- d) Impulsionar a coesão local a nível económico e social.
- e) Privilegiar a eficiência e eficácia económica desta atividade, contribuindo para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do setor público.
- f) Respeitar os princípios de não discriminação e transparência.

Em 2017 foi aprovado pelos órgãos sociais da Vimágua e pelos Órgãos Executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela, o novo Contrato de Gestão Delegada, o qual foi submetido a parecer da entidade reguladora – ERSAR.

O novo Contrato de Gestão Delegada foi elaborado considerando que, no modelo de gestão delegada dos serviços públicos objeto da atividade da Vimágua, deverão ser conciliados os dois regimes legais aprovados, posteriormente à celebração do Contrato de Gestão da Vimágua, pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, residindo na esfera da Lei n.º 50/2012 a definição das regras gerais orientadoras da tipologia das empresas, do procedimento de constituição das empresas, do funcionamento interno das empresas, bem como, do controlo financeiro acionista e externo, por um lado, e na esfera do Decreto-Lei n.º 194/2009 as regras especiais do regime municipal, as quais definem, designadamente, o conteúdo do contrato de gestão delegada, os poderes da entidade delegante, bem como, o modo de intervenção da ERSAR.

Os objetivos estratégicos definidos para a atuação da Vimágua devem compaginar-se com aqueles que são os objetivos nacionais estabelecidos para o setor do saneamento básico, plasmados no “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (2014-2020)”, documento que sucede ao Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II).

O aludido “PENSAAR 2020” assenta em 5 eixos estratégicos, designadamente:

- Eixo1 - Proteção do ambiente e melhoria das massas de água;
- Eixo 2 - Melhoria da qualidade do serviço prestado;
- Eixo 3 - Otimização e gestão eficiente dos recursos;
- Eixo 4 - Sustentabilidade económico-financeira e social;
- Eixo 5 - Condições básicas transversais.

Assim, temos em curso um plano que visa, entre outras ações, promover a redução e controlo das infiltrações e afluência de águas pluviais às redes de águas residuais, criar Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC's), substituir redes de água e contadores por forma a reduzir as perdas e implementar um plano de racionalização de consumo de energia.

Enquadramento Setorial

No final do ano de 2006 foi publicada a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do setor empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de agosto), introduzindo um novo modelo de empresas municipais, distinto do regime anterior e aproximando-o do modelo adotado para o setor empresarial do Estado.

Neste contexto, a Vimágua, em 2007, procedeu à adequação dos respetivos Estatutos, passando a adotar um modelo de organização que melhor servia a prossecução do seu objeto, tendo em conta a natureza da atividade desenvolvida pela Vimágua, enquadrada no Capítulo II, da Lei n.º 53-F/2006 (Empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse geral), que, de acordo com as diretrizes comunitárias e com a legislação e regulamentação nacional aplicáveis, deveria ser gerida por princípios de gestão comuns aos das sociedades comerciais, considerou-se, então, que a adoção de natureza societária era a mais consentânea com aqueles princípios, uma vez que favorecia uma gestão isenta e centrada na prestação de um serviço público de carácter geral, tendo-se procedido, por conseguinte, à transformação da Vimágua, numa Sociedade Anónima nos termos da Lei Comercial.

A Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, foi revogada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e que determinou a necessidade de proceder a uma alteração estatutária, por forma a conformar os Estatutos da Vimágua com o disposto na Lei 50/2012.

A principal alteração que decorre para a Vimágua deste novo ordenamento jurídico prende-se com a designação do Fiscal Único que nos termos do artigo 26º da referida Lei passará a ser designado, no caso da Vimágua, pelas Assembleias Municipais de Guimarães e Vizela, sob propostas dos respetivos órgãos executivos.

Entrou em vigor em dezembro de 2013 o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual aprova o novo regime jurídico do setor público empresarial, estabelecendo os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

Enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas a Vimágua está sujeita aos poderes de regulação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que vem estabelecer o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo o regime jurídico sobre esta matéria num ato normativo, o que permite a clarificação das regras aplicáveis às entidades gestoras.

Assim, este quadro legal veio estabelecer regras sobre o relacionamento da Vimágua com os Municípios titulares do serviço, definindo um conjunto de normas, nomeadamente, quanto à gestão técnica dos serviços e ao relacionamento com os utilizadores. Fixa, também, alguns princípios gerais sobre a intervenção da entidade reguladora e estabelece um regime contraordenacional que visa sancionar o incumprimento das obrigações por parte dos vários intervenientes (entidade titular dos serviços, entidade gestora e utilizadores).

O regulador setorial (ERSAR) viu os seus poderes e independência reforçados com a publicação, em 6 de março, da Lei n.º 10/2014 que aprova os novos estatutos da ERSAR e que acarreta novas condicionantes à atividade da Vimágua e necessidade de reestruturação para resposta aos novos normativos legais.

Em face das alterações em concretização no setor das águas, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo, quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas, e pelo impacto que a atuação da ERSAR passa a poder ter na esfera patrimonial da Vimágua, enquanto empresa regulada, a gestão do risco regulatório torna-se uma matéria ainda mais fulcral para a Vimágua.

A 23 de julho de 2018 foi publicado o Regulamento n.º 446/2018 – Regulamento dos Procedimentos Regulatórios – o qual tem por objeto os procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua regulação. Neste Regulamento são definidas regras relativas aos procedimentos no âmbito da regulação comportamental das entidades gestoras referentes à:

- a) Monitorização legal e contratual das entidades gestoras;
- b) Regulação económica das entidades gestoras;

- c) Regulação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras;
- d) Regulação da qualidade da água para consumo humano;
- e) Análise de reclamações de utilizadores.



A 4 de setembro de 2018 foi publicado o Regulamento n.º 594/2018 – Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos - o qual estabelece as disposições aplicáveis às relações comerciais que se estabelecem no âmbito da prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Este Regulamento aplica-se a todos os intervenientes nas relações comerciais por si abrangidas, designadamente, a todas as entidades responsáveis pela prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, independentemente do respetivo título e modelo de gestão, que se encontram sujeitas à atuação da ERSAR, nos termos previstos no artigo 4.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, assim como aos utilizadores daqueles serviços.



Além das condicionantes impostas pelo regime legal do setor e pelo seu sistema de regulação, existem outras que atuam e influenciam de forma direta a atividade e desempenho da Vimágua, com destaque para as seguintes:

- A evolução da situação económica e financeira do país;
- A variação dos custos energéticos;
- A existência de soluções privativas e individuais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ainda que em incumprimento legal, em alternativa à ligação aos sistemas públicos;
- As verbas disponíveis para comparticipação dos investimentos.

Missão, Visão e Valores

Missão

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e a recolha e tratamento de águas residuais, pautando-se pela prestação de um **serviço de qualidade**, orientado por **princípios de eficácia de gestão**, e promovendo a **defesa dos valores de ordem social e do meio ambiente**.

Visão

Ser uma empresa de âmbito intermunicipal de referência no setor, focalizada no cliente e orientada pelas melhores práticas internacionais.

Valores

Valores Institucionais que estão subjacentes à atuação da Vimágua:

Qualidade, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência;

Responsabilidade Social na prestação dos serviços públicos essenciais;

Sustentabilidade e Eficiência na Gestão, na Defesa e Proteção do Ambiente, de Respeito pela Pessoa Humana e de Envolvimento da Comunidade;

Orientação para o Cliente, razão de ser da empresa;

Integridade e Transparência no modo de estar e nas relações com todas as partes interessadas;

Competência e Rigor na tomada de decisões e nas ações, estabelecendo a Confiança como princípio de relação entre a Vimágua e os diferentes públicos de relacionamento;

Respeito e a Prática da Legalidade;

Melhoria Contínua da Pessoa, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade.

Política da Qualidade, Ambiente e Segurança

A Vimágua tem na sua organização um sistema de gestão integrado da qualidade, ambiente e segurança, de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001/NP 4397.

Consciente da sua responsabilidade para com a sociedade em geral, o meio ambiente, os seus colaboradores e subcontratados, bem como da importância de satisfazer as expectativas de clientes e partes interessadas, a Vimágua promove na sua organização uma consciencialização para a melhoria contínua do seu desempenho.

A Vimágua é auditada no âmbito do sistema de gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, quer internamente, quer externamente, pelo menos duas vezes por ano.

Em 2018 foi realizada, em maio, uma auditoria interna e, em junho, uma auditoria externa pelo organismo certificador com vista à renovação dos certificados das normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001. Todas as não conformidades e oportunidades de melhoria foram devidamente tratadas e na generalidade fechadas com eficácia.

Durante o ano de 2018 iniciou-se a migração da norma OHSAS 18001 para a norma ISO 45001 uma vez que é obrigatório efetuar tal migração até ao ano de 2021 para todas as empresas certificadas segundo a norma da segurança.

A norma ISO 45001 reflete as necessidades e os desafios do século XXI em que a segurança e saúde no trabalho (SST) tem de ser uma preocupação fundamental para as organizações.

A ISO 45001 apresenta-se com a estrutura de alto nível, idêntica à de outros sistemas de gestão, como a ISO 9001:2015 a ISO 14001:2015, o que irá facilitar a integração com os sistemas já implementados.

A ISO 45001 tem como principais objetivos garantir o cumprimento dos requisitos legais e outros requisitos, alcançar os objetivos da SST e melhorar continuamente o desempenho da SST. Sendo que esta melhoria contínua deve assentar na adoção de medidas eficazes de prevenção e de proteção, na eliminação de perigos e minimização de riscos de SST, na prevenção de afeções da saúde e lesões relacionadas com o trabalho e no proporcionar locais de trabalho seguros e saudáveis.

Relativamente à capacidade de resposta perante a ocorrência de emergências, a Vimágua tem implementada a prática da realização de simulacros de forma a testar os planos de emergência definidos. Desta forma, planeou e realizou um simulacro de emergência ambiental e de segurança nos quais se verificou que, de um modo geral, os colaboradores têm conhecimento dos modos de atuação a seguir e das funções a desempenhar e revelaram conhecer os principais impactes no caso de uma mistura de dois produtos químicos incompatíveis, na ETA de Sta. Eufémia de Prazins, e no caso de um derrame de um produto químico, na sede. Evidenciaram, ainda, conhecimentos quanto ao modo como os resíduos deviam ser geridos, mais concretamente separados e identificados. Foi, também, confirmada a capacidade de operacionalizar as metodologias definidas de resposta a emergências.

Não ocorreu nenhuma situação de emergência em nenhum dos edifícios da Vimágua. Manteve-se atualizada a documentação das várias medidas de autoproteção.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética

A promoção e difusão de valores de integridade, probidade, transparência e responsabilidade são contextos transversais a todas as abordagens promovidas sob a temática de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Em 25 de fevereiro de 2015 foi aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Vimágua, encontrando-se o mesmo disponível no sítio eletrónico, de acordo com o previsto na Recomendação n.º 1/2009, publicada na 2ª série do Diário da República, n.º 140 de 22 de julho de 2009.

O Plano incide na contratação pública e na atribuição de subsídios e outros benefícios devido à alta probabilidade de ocorrência de fenómenos de corrupção, todavia não se esgota aqui o seu campo de atuação.

Foi, também, aprovado o Código de Conduta e Ética, na senda do fixado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tendo a Vimágua promovido ações de formação e divulgação dos dois documentos, implicando todos os trabalhadores da empresa, com vista à formação de uma consciência coletiva dos valores preconizados, pautada pelo escrupuloso cumprimento dos objetivos enunciados no Código de Conduta e Ética.

A luta contra a corrupção exige uma mudança cultural e de comportamento de cada cidadão, porque uma sociedade só muda quando o conjunto dos indivíduos que a compõem modifica os seus comportamentos. Com o comprometimento de todos é possível controlar os efeitos nefastos de atos de corrupção. Para isso é determinante o fator Educação. Apenas com a formação de cidadãos conscientes, comprometidos com a Ética e a Lei é possível minorar a ocorrência de atos de corrupção.

Sendo a realidade da vida e das instituições dinâmicas, também assim são os planos, daí que, anualmente, o Conselho de Administração pondere e elabore um relatório síntese de execução das medidas plasmadas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, extraíndo as devidas conclusões e identificando os pontos a melhorar e, conseqüentemente, a ser incluídos no Plano original.

Em 2018, não foram identificados indícios de práticas de corrupção ou infrações conexas nem foram apresentadas reclamações contra qualquer administrador ou colaborador da Vimágua.

Em resultado da análise interna, com vista à avaliação do cumprimento das medidas e mecanismos de controlo instituídos e a identificação de eventuais fragilidades no sistema de controlo interno nas áreas de maior risco, a par da identificação de situações efetivas ou potenciadores de atos de corrupção e infrações conexas, consideramos que o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi globalmente cumprido não havendo necessidade de revisão ou aperfeiçoamento do mesmo.

Regulamento Geral de Proteção de Dados

A 25 de maio de 2018 entrou em vigor o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (RGPD), pelo que sendo a Vimágua responsável pelo tratamento de dados pessoais encetou as necessárias medidas de adequação ao Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Foram contratados serviços especializados a quem foi acometida a responsabilidade de proceder a um diagnóstico exaustivo e complexo de todas as atividades de tratamento de dados que ocorrem na Vimágua, tanto ao nível interno como externo.

Com base neste trabalho foram propostos novos procedimentos e está em análise a adoção de soluções técnicas e tecnológicas que garantam a conformidade da atuação da Vimágua com o Regulamento.

O processo iniciou com ações de formação que envolveram a totalidade dos trabalhadores, informando-os sobre as novidades que o presente Regulamento introduziu e esclarecendo-os sobre quais os conceitos base deste novo Regulamento, como sejam:

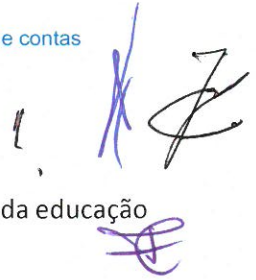
1. O que são dados pessoais
2. Quais as condições de licitude para o tratamento de dados pessoais
3. Que novos direitos tem o titular dos dados

Foi, ainda, neste âmbito, designado um Encarregado de Proteção de Dados, dos quadros da Vimágua.

Entre outras legalmente previstas, constituem funções essenciais do Encarregado de Proteção de Dados:

- Informar e aconselhar a empresa bem como os trabalhadores que tratem os dados, a respeito das suas obrigações em matéria de Proteção da Dados;
- Controlar a conformidade com o RGPD, com outras disposições de proteção de dados da União Europeia ou do País, e com as políticas do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, relativas à proteção de dados pessoais;
- Prestar aconselhamento, quando tal lhe for solicitado, no que respeita à avaliação de impacto sobre a proteção de dados e controlar a sua realização;
- Ser o ponto de contacto para a autoridade de controlo e para os titulares dos dados.

Pretendemos reforçar com a introdução dos novos procedimentos uma cultura organizacional de rigor e ética. O Regulamento Geral de Proteção de Dados veio impor um novo paradigma às organizações, em matéria de proteção de dados pessoais, com especiais responsabilidades, instituindo o dever de autorregulação, pelo que a ética será sempre a maior garantia de conformidade.



Comunicação e Educação

No decorrer do ano de 2018, foram várias as iniciativas promovidas pela Vimágua, no âmbito da educação e responsabilidade social.

Assim e como é tradição, a semana de 20 a 26 de março foi dedicada às comemorações do Dia Mundial da Água, que se assinala, todos os anos, a 22 de março. Procurou-se, uma vez mais, proporcionar momentos de reflexão sobre a água, a disponibilidade dos recursos hídricos, formas de poupança da água e proteção das linhas de água.



A Vimágua contou com a colaboração de importantes parceiros, a Câmara Municipal de Guimarães, a Câmara Municipal de Vizela, o Agrupamento João de Meira e o Agrupamento de Escolas de Infias que muito nos prestigiam com a sua participação e a quem muito agradecemos a prestimosa colaboração.

Assim iniciámos a semana comemorativa Dia Mundial da Água com visitas de diferentes escolas às Oficinas da Água, um local que recebe, anualmente, centenas de crianças e que se dedica ao conhecimento da água. Nos dias 22 e 23 de março a Vimágua convidou a escola do 1º ciclo do ensino básico de Oliveira do Castelo, pertencente ao Agrupamento João de Meira, e a Escola Básica e Secundária de Infias, pertencente ao Agrupamento de Escolas de Infias, a deslocarem-se ao seu edifício sede, abrindo as suas portas para que crianças pudessem tomar conhecimento das diferentes atividades que se desenvolvem na Vimágua, designadamente, na área administrativa, na elaboração de projetos de infraestruturas, na monitorização dos sistemas de água e saneamento e no laboratório de contadores.

Durante a visita, as crianças foram acompanhadas pelos diferentes serviços e foi-lhes explicado o que fazem as pessoas que aqui trabalham.

Foram, também, desafiadas a participarem no jogo Caça Gotas, um jogo de tabuleiro de grandes dimensões, com perguntas e respostas, que permitiu às crianças conhecerem mais sobre a água, o meio ambiente, a história e a cultura. Todos os participantes, foram presenteados com um calendário personalizado, cheio de surpresas.

No ano de 2018, o tema proposto pela Organização das Nações Unidas para o assinalar o Dia Mundial da Água foi “Água - A resposta está na natureza”.

Como é sabido, todos os anos se assinala o Dia Mundial da Água, procurando, assim, chamar a atenção para os problemas relacionados com a água, sendo este um bem essencial à vida e que interessa a toda a humanidade.

Deste modo, à escala mundial, foram discutidas e apresentadas *Nature-Based Solutions* (NBS) – soluções presentes na natureza, que poderão dar respostas aos desafios que estamos a enfrentar e com que teremos de lidar no decorrer do século XXI, designadamente no que concerne à qualidade e quantidade disponível quer para consumo humano quer para a indústria quer para a agricultura.

O segredo estará, certamente, no respeito pelo meio ambiente em geral e, em particular, pelos ecossistemas e recursos naturais, o que se poderá traduzir na implementação de políticas urbanísticas e de organização do território ambientalmente sustentáveis, na adoção de meios produtivos e de tecnologias mais eficientes que diminuam o consumo e promovam a reutilização da água.

O futuro da Humanidade depende da sua capacidade de restaurar o equilíbrio natural do planeta, de travar o aquecimento global e de garantir a sustentabilidade para as atuais e para as gerações vindouras.

Nunca é demais lembrar que tudo quanto possuímos é resultado da utilização de recursos naturais, os quais devem estar disponíveis de forma igual para todos.



Vimãgua, Dia Mundial da Água 2018

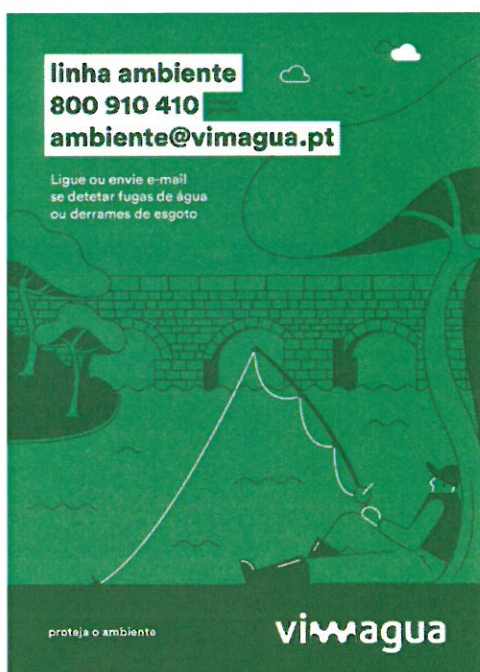
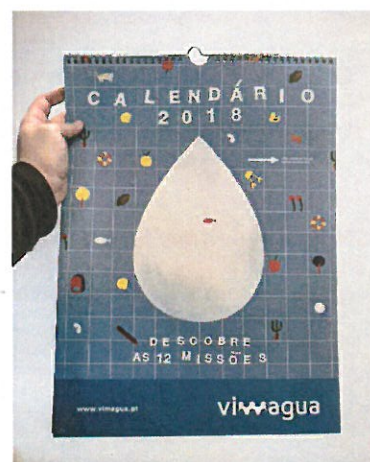
Na cerimónia de entrega dos prémios *Graphis*, que se realizou em Nova Iorque, a 29 de junho de 2018, o calendário “Detetive Caça-Gotas”, editado pela Vimágua e produzido pelo estúdio *OOF Design*, conquistou um *Silver Award*, na categoria “*Design Annual 2019*”.

Os prémios *Graphis* são atribuídos anualmente, desde 1952, aos melhores projetos de design, fotografia, ilustração e publicidade de todo o mundo. O galardão “*Design Annual*” integra a competição da *Graphis* que premeia anualmente trabalhos reveladores de especial talento na categoria de design de comunicação.

O calendário ilustrado da Vimágua “Detetive Caça-Gotas” faz parte de um projeto pedagógico destinado ao público infantil que tem como objetivo a promoção do uso racional dos recursos hídricos assim como o incentivo à redução do consumo de água engarrafada.

Este projeto está, assim, integrado num conjunto mais alargado de iniciativas pedagógicas que têm vindo a ser realizadas pela Vimágua, no âmbito da Responsabilidade Social e Ambiental, valores identitários da Vimágua.

Este Silver Award da *Graphis* constitui um motivo de orgulho para a Vimágua, e vem somar-se a outros prémios internacionais atribuídos a projetos promovidos pela Vimágua, designadamente, os atribuídos à garrafa reutilizável.



No âmbito da responsabilidade ambiental há a salientar a disponibilização de um canal dedicado e privilegiado para a comunicação da ocorrência de derrames de esgoto ou fugas de água na rede pública de abastecimento de água, os quais batizámos de Linha Ambiente.

Propomo-nos, assim, a resolver de forma mais rápida e eficaz as situações que acabem por desenvolver problemas ambientais.

Assim, estes novos canais de comunicação passaram a fazer parte dos contactos da Vimágua: 800910410 (número gratuito) | Email: ambiente@vimagua.pt

O objetivo é, sempre, contribuir para a construção de um território que valoriza e protege os seus recursos naturais, que promove a sustentabilidade ambiental, proporcionando a todos quantos o habitam elevados índices de qualidade de vida, saúde e bem-estar.

Nos dias 21 e 22 de novembro de 2018, decorreu a 13.ª Expo Conferência da Água e a Vimágua participou como oradora convidada no “FÓRUM DE EXCELÊNCIA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS - APOIO AOS CONSUMIDORES DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS”.

A Vimágua, a EPAL (Lisboa) e a Águas do Ribatejo foram as entidades convidadas para dar a conhecer as boas práticas às suas congéneres, explicando o percurso que as levou à excelência na análise do tratamento das reclamações, no acesso à informação pelos consumidores, à transparência dos serviços prestados e à relevância do regulamento de relações comerciais para o consumidor.



No âmbito da presente conferência foi, ainda, divulgado o novo balcão digital. Este novo posto de atendimento à distância, que se encontra alojado no site institucional da Vimágua, em www.vimagua.pt, passou a dispor das seguintes funcionalidades, para além de ter sofrido um claro melhoramento ao nível do design e do modo de utilização:

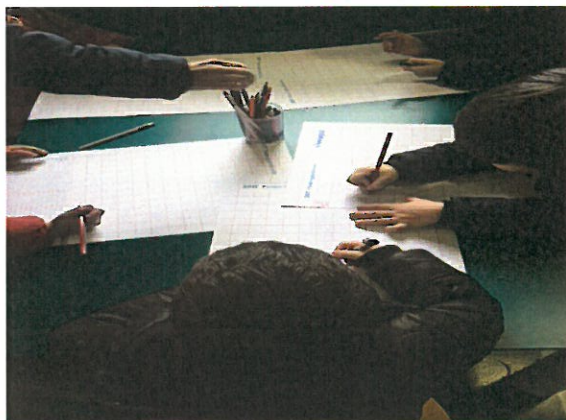
- Consultar Contratos – Permite efetuar a consulta de dados do contrato;
- Contratos – Permite efetuar alterações ao email que consta no contrato, ao nº de TLM e à morada para envio da Correspondência;
- Ativar / Desativar Débito Direto – Permite que seja feito um pedido para adesão ao Débito Direto ou um pedido de Desativar o Débito Direto;
- Subscrever Contrato – Permite adicionar à sua conta, contratos já existentes;
- Consultar Faturas – Permite efetuar a consulta de faturas;

- Comunicar Leituras - Permite enviar, dentro dos prazos estabelecidos, a leitura do contador de água;
- Consultar Histórico de Leituras / Consumos – Permite consultar os consumos efetuados, com indicação dos m3.
- Ativar / Desativar Fatura Eletrónica – Permite que passe a receber, ou deixe de receber, a fatura por email.
- Ver Pedidos – Todos os Pedidos efetuados no Balcão podem ser consultados neste menu, sendo que é neste menu que estão disponíveis os “Pedidos de Informação” e os “Pedidos de Reclamação”.

Na semana de 16 a 23 de setembro, a Vimágua participou, uma vez mais do *Green Week*, evento promovido pelo Laboratório da Paisagem e Câmara Municipal de Guimarães, e que passou pela dinamização de um conjunto de atividades lúdico-pedagógicas, designadamente, a realização de jogos com a comunidade.



No decorrer do ano de 2018, as Oficinas da Água, na Estação de Tratamento de Água de Sta. Eufémia de Prazins receberam a visita de 555 crianças, de várias escolas de Guimarães e Vizela. Este é, a cada ano, um local para sistematizar conhecimentos e para desenvolver aprendizagens com significado, o que muito nos orgulha, sendo este um projeto totalmente pensado para dar resposta às necessidades da comunidade escolar.



Visitas às Oficinas da Água

(Handwritten signatures and initials)

Há, ainda a salientar a participação nos seguintes eventos, que evidenciam a participação da Vimágua na comunidade que serve:

EVENTOS EM QUE PARTICIPOU		
DATA	EVENO	LOCALIDADE
14/06/2018	Corrida Madre Deus	Azurém
16/06/2018	Ação de Sensibilização	Agrupamento de escolas das Taipas
16/06/2018	Ação de Sensibilização	Brigada Verde (Sande, São Martinho)
6-8/06/2018	Feira da Terra	S. Torcato, Guimarães
15/09/2018	Festa da Juventude	Vizela
14/10/2018	Vizela em Festa	Vizela



Ações de sensibilização nas escolas



Corrida Madre Deus, dia 14 de abril



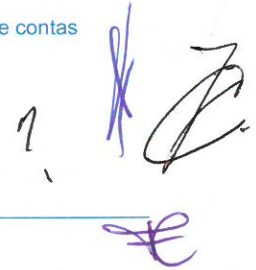
Eco Challenge _ Festa da Juventude, dia 15 de setembro



Vizela em Festa, dia 14 de outubro



Feira da Terra, S. Torcato, dia 7 e 8 de julho

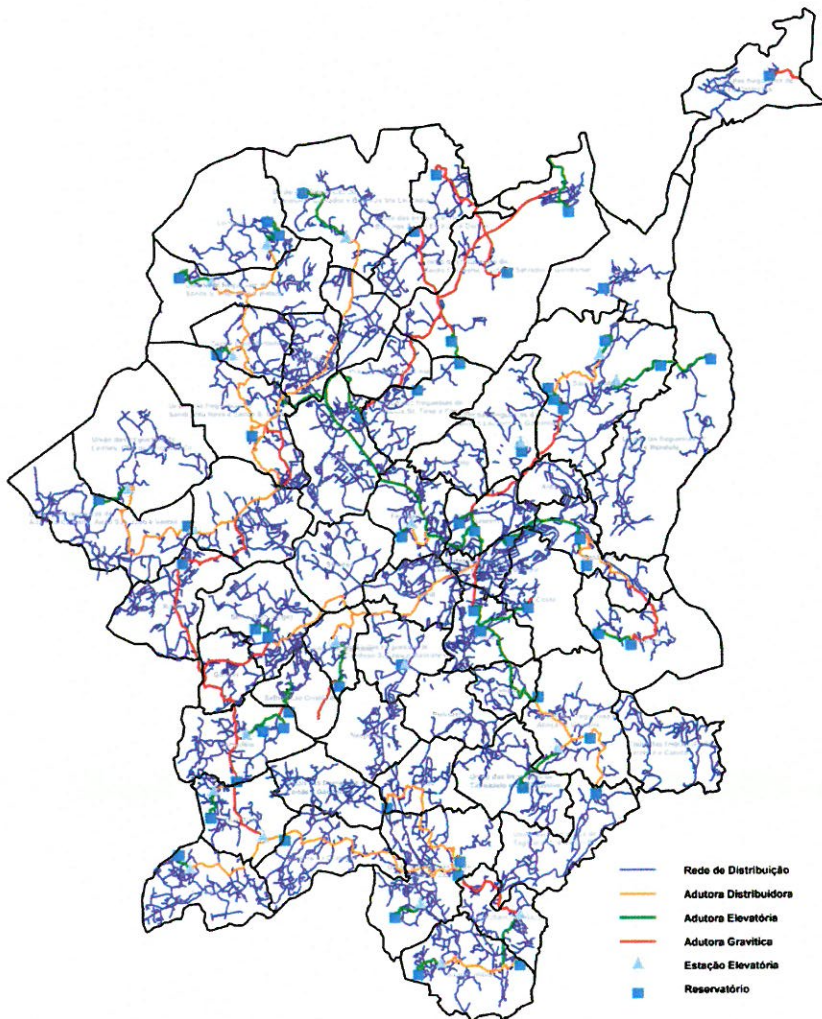
1, 

Áreas de Atividade

A gestão das diferentes fases do Ciclo Urbano da Água em que a Vimágua tem intervenção - **captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e saneamento de águas residuais urbanas** – mantém-se orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, da Qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores e da Rentabilidade.

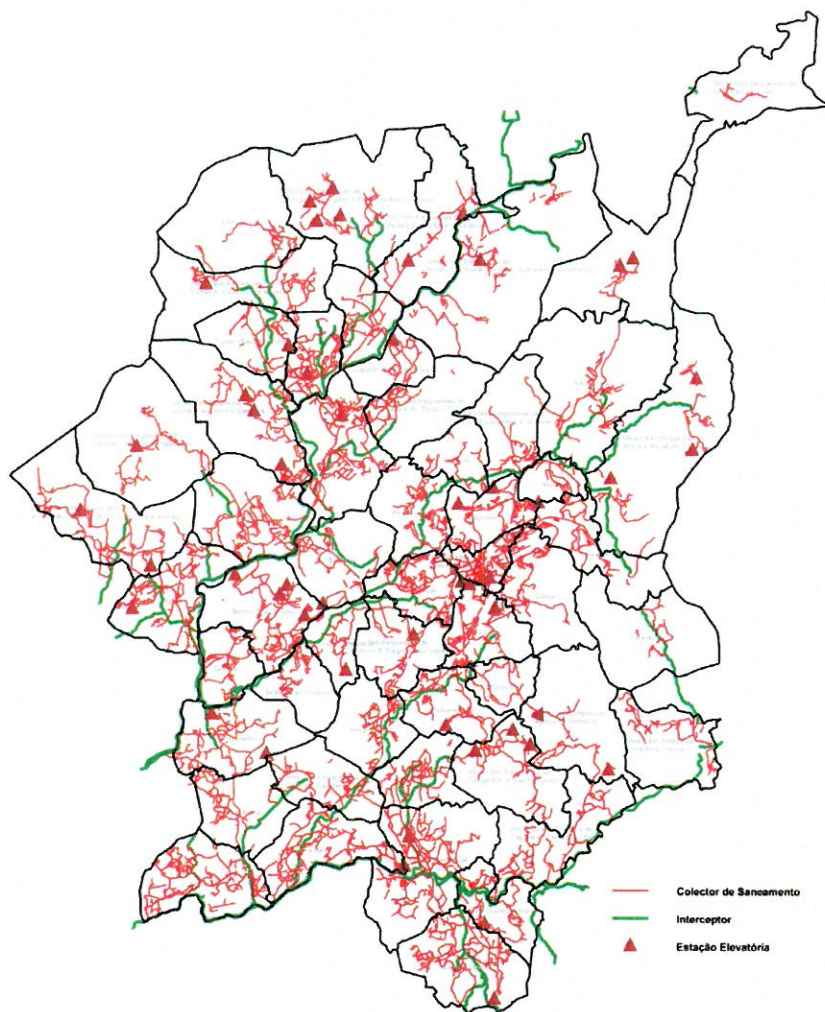
É nestas áreas que se geram a quase totalidade dos proveitos da Empresa, representando, também, a parte mais significativa dos seus custos operacionais.

Infraestruturas do sistema de abastecimento de água



- 2 Estações de Tratamento de Água (ETA)
- 1376,8 Km de condutas de água (inclui adução e distribuição)
- 54 Reservatórios
- 22 Estações elevatórias
- 17 Hidropressores
- 22 Postos de cloragem/recloragem
- 137 VRP's

Infraestruturas do sistema de saneamento de águas residuais



- 835 Km de coletores de saneamento de águas residuais
- 61 Estações elevatórias
- 25 Fossas Sépticas
- 1 ETAR

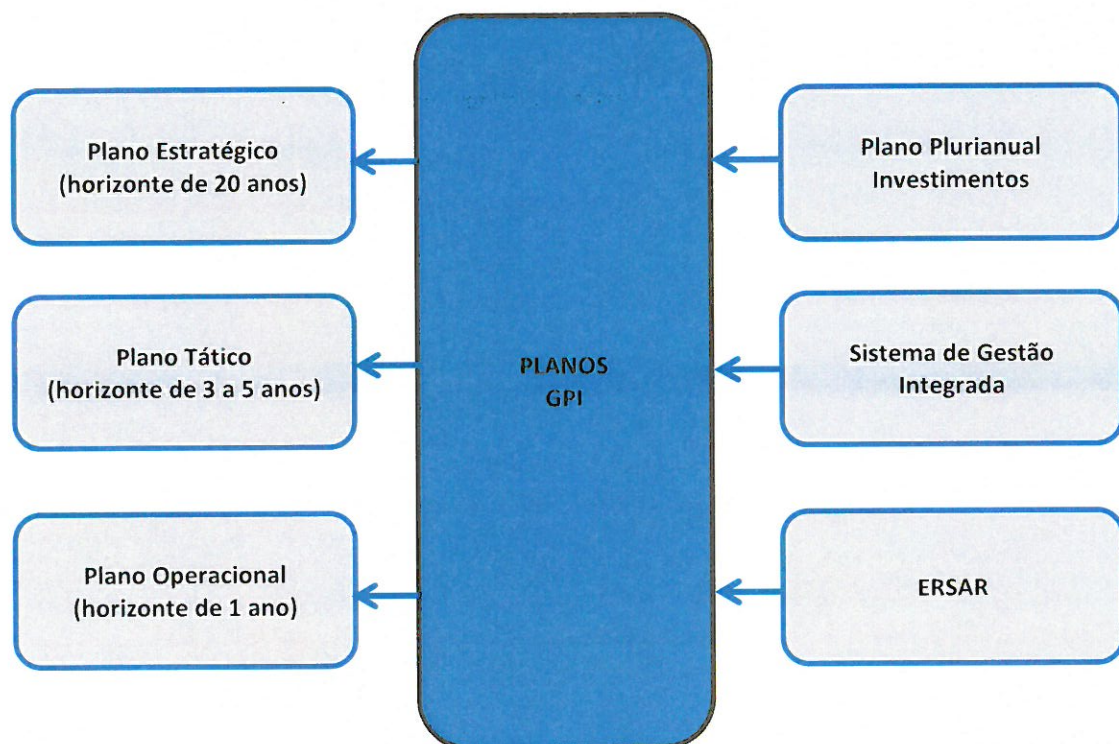
Gestão Patrimonial de Infraestruturas

Baseado na continuidade da qualidade do serviço prestado, na vertente de assegurar a sustentabilidade do serviço, infraestrutural e económica a longo prazo, a Vimágua definiu um conjunto de projetos e iniciativas, no sentido de garantir uma melhor e maior eficácia e eficiência na sua atuação. Enquadrada pela exigência legal do Decreto-Lei n.º 194/2009, e com base nas recomendações técnicas da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), constantes dos Guias Técnicos 16 e 17, procedeu-se à implementação, em 2017, da Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) ajustado à realidade da Vimágua como Entidade Gestora, tendo sido aprovado o **“Plano Estratégico de Gestão Patrimonial de Infraestruturas - 2018 – 2038”**.

O plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas articula-se com os seguintes instrumentos de planeamento:

- Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Política do Sistema de Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança;
- Política da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Plano Estratégico de GPI;
- Planos Táticos de GPI;
- Planos Operacionais de GPI.

A figura seguinte esquematiza de forma gráfica as relações entre os vários instrumentos de planeamento:



Com vista a uma melhoria dos serviços prestados e à plena implementação dos Planos acima enunciados, em 2018 foram reforçados os meios para intervenção da Vimágua, através da admissão de novos trabalhadores e da aquisição de novos equipamentos, nomeadamente, uma nova escavadora giratória, uma retroescavadora, três viaturas ligeiras de carga e uma viatura pesada de carga, permitindo uma maior capacidade de intervenção por administração direta.

Abastecimento de água:

A atividade na área do serviço público de abastecimento de água, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, quer o “sistema em baixa” quer o “sistema em alta”, ou seja, a produção, o tratamento, o armazenamento e a distribuição ao consumidor final, sendo, portanto, completamente independente de qualquer sistema multimunicipal.

Neste capítulo, a Vimágua é responsável pela gestão de um parque de 54 reservatórios, 22 Estações Elevatórias (EEA) e 17 hidropressores (Hid.). No seu conjunto, a totalidade destes equipamentos disponibiliza uma capacidade de reserva total de aproximadamente 60.000 metros cúbicos.

O transporte e a distribuição da água são efetuados através de canalizações com uma extensão de 1.376,8 quilómetros de condutas adutoras e distribuidoras, às quais se encontram ligados 50.356 ramais domiciliários.

A água que a Vimágua distribui é proveniente de 2 captações superficiais (Prazins St^a Eufémia e Gondomar) e 5 subterrâneas (Rocha, Senhoras do Monte, Minas da Penha-nascente, Minas da Penha poente e Castelões).

Para garantir a qualidade da água distribuída, encontram-se em funcionamento, 22 postos de cloragem/recloragem e 8 postos de correção de pH, todos com localizações estrategicamente determinadas.

Atenta a orografia dos concelhos de Guimarães e de Vizela, a manutenção de pressões de serviço é feita com recurso a 137 válvulas redutoras e estabilizadores de pressão, estrategicamente inseridas nas redes distribuidoras gravíticas.

A Vimágua tem ainda a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados quer seja por iniciativa própria, havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2018, foram executadas 522 novas

ligações domiciliárias à rede pública de água e alteradas 156 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva.

Nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de higienização de reservatórios, estações elevatórias e hidropressores;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de estações elevatórias e hidropressores;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de válvulas redutoras de pressão;
- Pesquisa ativa de fugas;
- Redução do tempo de início na reparação de fugas;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

Para garantia do bom funcionamento do sistema e da qualidade e continuidade do serviço prestado aos seus clientes, foram executadas, em 2018, 2.598 intervenções de manutenção corretiva para reparação de roturas na rede de distribuição de água e 2.371 intervenções de manutenção preventiva em equipamentos afetos ao serviço de abastecimento de água, nomeadamente, nos 91 reservatórios, estações elevatórias e hidropressores, bem como, nos 119 equipamentos destinados a reduzir e estabilizar a pressão de serviço (VRP's) e monitorização do desempenho das redes.

Também com vista a garantir a qualidade da água bem como a continuidade do serviço, procedeu-se à remodelação da câmara de manobras do reservatório do Monte Cavalinho, com a substituição de algumas tubagens e válvulas de grande calibre, bem como, a revisão e substituição da instalação elétrica, instalação de novas válvulas de controlo da adução, acionadas eletricamente para otimizar as poupanças em custos energéticos. Na intervenção foram melhoradas as condições de acesso, com vista a facilitar no futuro as operações de manutenção periódica.

Foram realizados trabalhos de acabamento, montagem de equipamentos eletromecânicos e instalação elétrica em 3 hidropressores, dois deles, hidropressor de Mascotelos e hidropressor da Beira em Nespereira. A entrada em funcionamento destes três novos hidropressores permitiu alargar o universo de população servida por rede pública de água a mais cerca de 420 habitantes.

Para permitir a monitorização em contínuo da rede pública de abastecimento de água foram acrescentados aos cerca de 130 loggers/autómatos existentes, instalados em locais estrategicamente selecionados, 60 dispositivos de recolha, armazenamento e comunicação de dados, como sejam os caudais, as pressões e ainda o valor dos níveis dos reservatórios cuja localização coincide com este equipamento. A utilização destes equipamentos permite conhecer, em cada instante, o estado dos equipamentos onde se encontram instalados e o comportamento da rede de distribuição a que está associado, possibilitando atuação em tempo útil, evitando falhas no fornecimento e prevendo situações que possam ser consideradas anómalas e por isso serem potenciais ocorrências de roturas ou utilizações indevidas.

Relativamente à gestão do parque de contadores da Vimágua, constituído por total de cerca de 65.000 unidades, de variadas marcas, modelos, tecnologias e calibres, foram realizadas as seguintes operações:

Tipo de intervenção	N.º de intervenções
Instalação de contadores	3 891
Substituição de contadores	4 333
Levantamento contadores	2 095
Cortes por dívida	4 724
Religação do serviço	3 259
Reparação da instalação	2 224

Na atividade desenvolvida como Reparador Instalador de contadores de água, a Vimágua procedeu ao ensaio, em banca apropriada, de 6.752 contadores. Destes, 4.256 foram ensaiados para verificação do cumprimento legal e salvaguarda da qualidade da medição dos volumes a faturar aos clientes, enquanto que os restantes, 2.496 contadores, foram submetidos a variados ensaios para além dos obrigatórios pela legislação, sem qualquer reparação, tentando não alterar as condições de instalação, para determinar com a maior exatidão possível o seu desempenho em função do tempo de instalação e da respetiva "idade volumétrica".

De destacar, ainda, como intervenção do sistema público de abastecimento de água, a intervenção levada a cabo na ETA de Gondomar, onde foi reforçada a segurança da água distribuída a partir da captação de Gondomar com a introdução de um sistema de desinfecção ultravioleta.

A desinfecção de água para consumo humano com luz ultravioleta (UV) tem sido utilizada amplamente na Europa, sendo um processo físico de desinfecção de água, com emissão de radiação UV, de efeito germicida, que inativa os microrganismos, incluindo *E. coli*, *Cryptosporidium* e *Giardia*, garantindo, por conseguinte, um fornecimento seguro de água.

Esta tecnologia tem ainda como vantagens não alterar o sabor e o cheiro da água e não formar compostos organoclorados, nem outras substâncias indesejáveis na água.

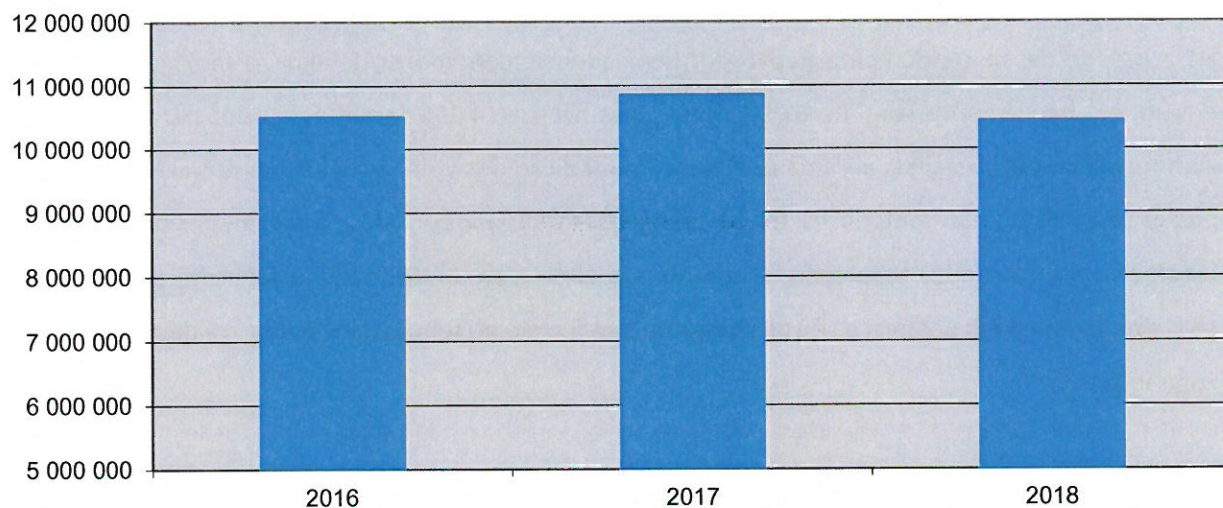
O atual sistema de desinfecção por cloro gás foi mantido, de modo a permitir a presença de teores de cloro residual, em todo o percurso da água, desde a ETA até aos locais de consumo.

Paralelamente à instalação do sistema de ultravioleta, foram feitas intervenções na ETA de Gondomar para dotar esta instalação de melhores condições de garantia da qualidade do tratamento e da longevidade dos equipamentos.

Produção e Distribuição de Água

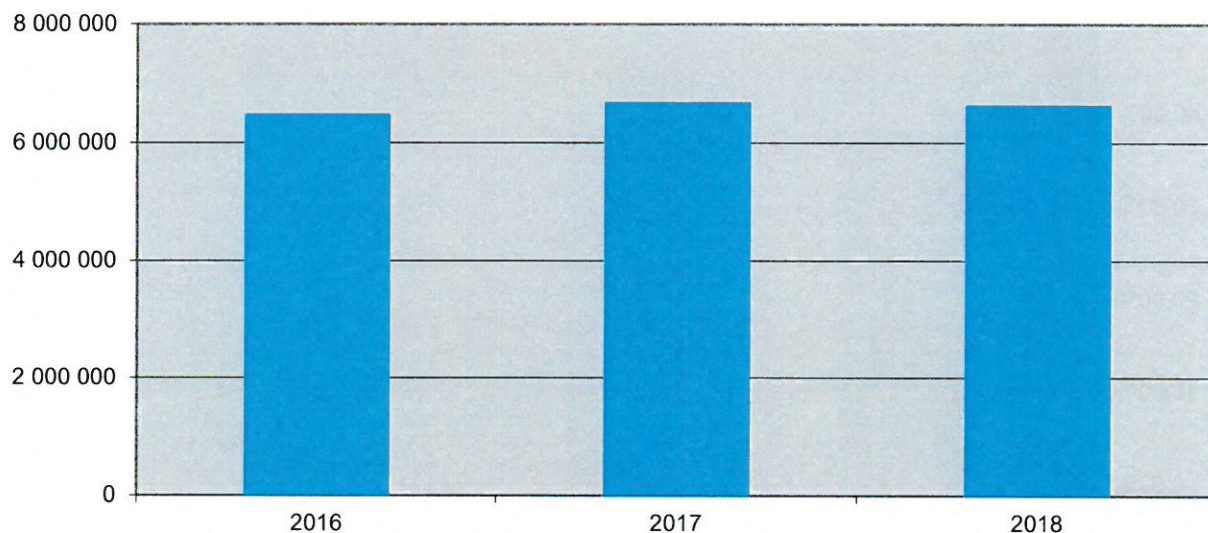
O volume total de água captada pela Vimágua em 2018 foi de 10.448.110 metros cúbicos, representando um decréscimo de 3,76%, quando comparado com o ano de 2017.

Volume de água captada



O volume de água faturada aos utilizadores do serviço público de abastecimento de água foi de 6.621.425 metros cúbicos, o que representa um decréscimo de 0,72%, relativamente ao ano anterior.

Volume de água faturada

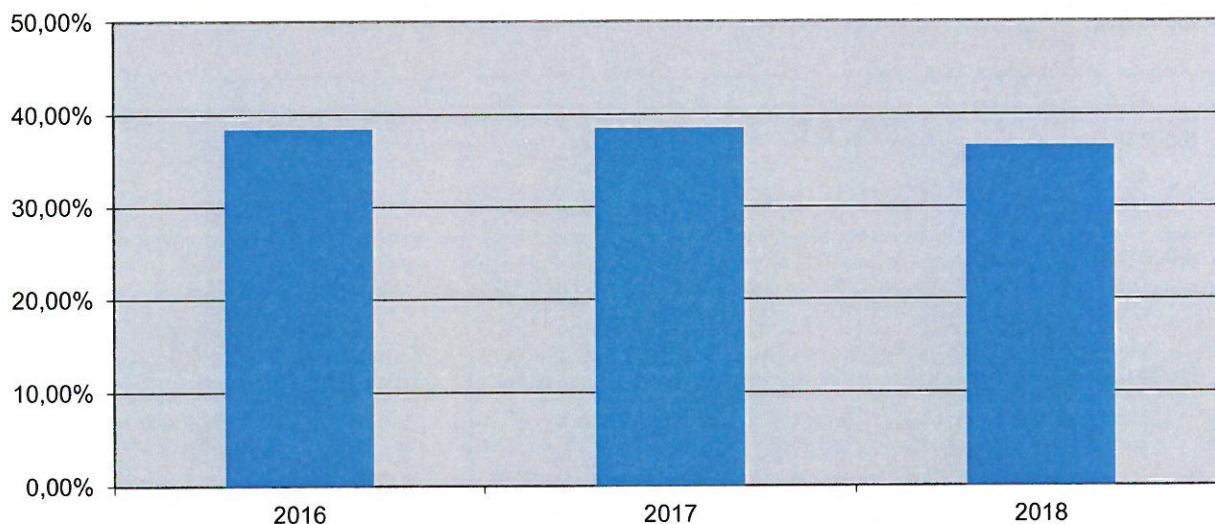


As perdas de água dividem-se em perdas reais e perdas aparentes, sendo que o indicador de perdas reais representa o volume total de perdas físicas de água do sistema em pressão, até ao contador do cliente, e o indicador de perdas aparentes contabiliza todos os tipos de imprecisões associadas às medições da água produzida e da água consumida e ainda o consumo não-autorizado (por furto ou uso ilícito).

O valor percentual das perdas reais, calculado de acordo com as regras fixadas pela ERSAR para o Balanço Hídrico, foi em 2018 de 20%, ou seja, 95 litros por ramal por dia.

Relativamente ao indicador de água não faturada, calculado pela diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado faturado, regista-se uma redução de 1,94p.p. relativamente ao ano anterior, tendo-se fixado nos 36,63%. Este indicador inclui não só as perdas reais e aparentes, mas também o consumo autorizado não faturado, onde se inclui a água para combate a incêndios.

Água não faturada



A redução dos volumes de água não faturada constitui um objetivo central da Vimágua que exige múltiplas intervenções.

No âmbito da substituição de redes, realizamos um conjunto de empreitadas para substituição de redes de água:

Ref. ^a	
A.D. N.º 04/2017	SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DE FRANCOS - AZURÉM
A.D. N.º 09/2017	SUBSTITUIÇÃO DE UM TROÇO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DA BOAVISTA (EN 310) ENTRE O KM 14,370 E O KM 14,620 - FREGUESIA DE SANDE S. CLEMENTE - GUIMARÃES
A.D. N.º 14/2017	SUBSTITUIÇÃO DE UM TROÇO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DAS EIRAS - 2.ª FASE - FREGUESIA DE CREIXOMIL - GUIMARÃES
A.D.N.º 15/2017	SUBSTITUIÇÃO DE UM TROÇO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SÃO MIGUEL E NA RUA DAS EIRAS - 1.ª FASE FREGUESIA DE CREIXOMIL - GUIMARÃES
C.P. N.º 44/2016	SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA TRAVESSA DA PONTE (PONTE) - GUIMARÃES
C.P. N.º 14/2017	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E EXTENSÃO DE REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE FERMENTÕES, PENCELO E UF DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÂES

Continuamos, como já referido, o trabalho de modelação da pressão de serviço nas redes de distribuição, através da instalação de Válvulas Reguladoras de Pressão.

Temos vindo a investir em sistemas de monitorização da rede de água, com o objetivo de identificar a ocorrência das fugas e consumos abusivos, densificando o sistema de telegestão, para reforço do controlo e monitorização em contínuo dos caudais de água captados e distribuídos, dos valores de pressão, dos níveis de água nos reservatórios e do estado dos equipamentos em geral.

Assim, em 2018, demos continuidade à criação Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC), com o objetivo de monitorizar caudais, avaliar o desempenho das redes de abastecimento e, orientar estratégias com vista a redução de água não faturada e controlo efetivo de perdas.

Considera-se que as perdas aparentes por erros de medição dos contadores têm um impacto de significado relevante que poderá justificar um volume muito significativo de água não faturada. Por esse motivo, prosseguimos e intensificamos o programa de substituição de contadores, o qual visa a atualização e a redução da idade média do parque de contadores instalados, tendo sido substituídos, em 2018, 4.333 contadores.

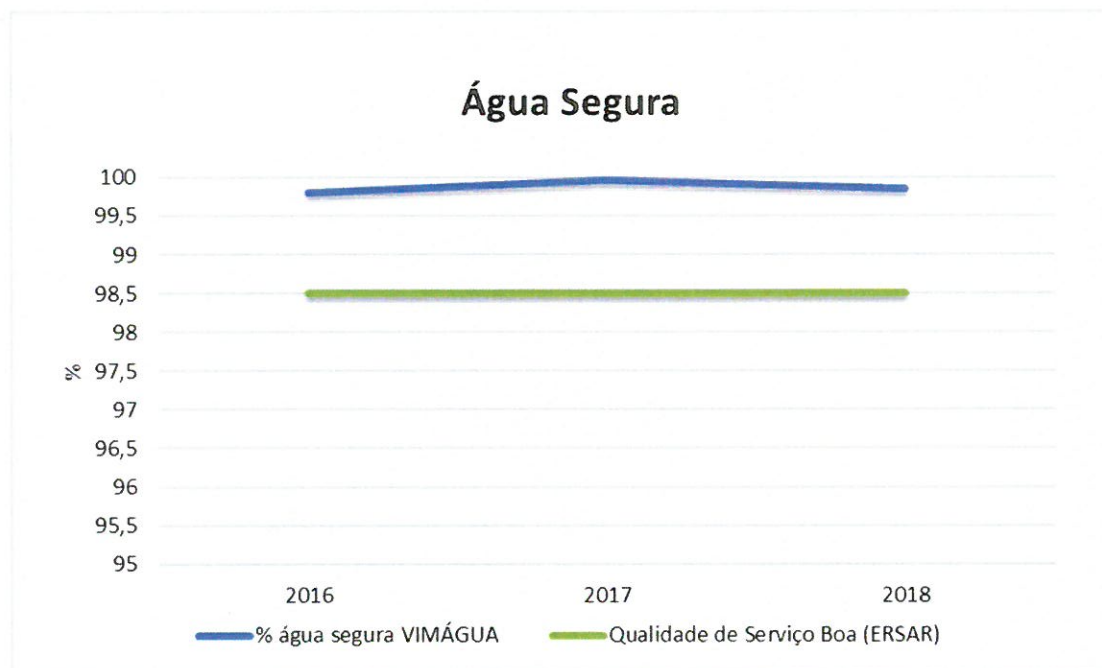
Qualidade da água

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, registamos a manutenção de elevados padrões de qualidade na água fornecida pela Vimágua.

O programa de monitorização da qualidade da água do Sistema Vimágua integra três componentes:

- 1- Controlo legal – Plano de Controlo de Qualidade da Água aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR);
- 2- Controlo operacional – águas brutas superficiais e subterrâneas, reservatórios de água tratada, controlo da eficiência do tratamento da água nas Estações de Tratamento de Água (ETA) e pontos da rede de abastecimento de água;
- 3- Controlo de verificação – aquando dos incumprimentos de valor paramétrico e de reclamações da qualidade da água.

No âmbito da execução do Programa de Controlo da Qualidade de Água para consumo humano, com reporte ao ano de 2018, registámos 99,84% de cumprimento dos valores paramétricos exigidos por Lei, o que permite classificar a água distribuída pela Vimágua, como sendo de boa qualidade, uma água segura, de acordo com o Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço da ERSAR, que se tem vindo a manter nos últimos anos.



1.
[Assinaturas manuscritas]

O programa de monitorização da qualidade da água, aprovado pela Entidade Reguladora, foi, integralmente, cumprido.

Os incumprimentos detetados trataram-se de situações pontuais, sem continuidade e a repetição das amostragens e análises, sempre realizada nestas situações, confirmou a não existência de qualquer problema com significado para a saúde pública.

Águas Residuais

A atividade na área do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, cuja gestão compete à Vimágua, diz respeito ao “sistema em baixa”, ou seja, a recolha e encaminhamento das águas residuais até ao sistema de tratamento em alta, explorado em regime de concessão, em todo o Vale do Ave, por um sistema multimunicipal.

Neste domínio, a Vimágua é responsável pela gestão de uma rede com aproximadamente 835 quilómetros de coletores, aos quais se encontram ligados 45.073 ramais domiciliários, e que engloba 61 EEAR (Estações Elevatórias de Águas Residuais).

São, também, geridas pela Vimágua pequenas redes de drenagem de águas residuais com ligação a fossas coletivas ou ETAR situadas, quase exclusivamente, em loteamentos, e cuja ligação às redes principais não se mostra economicamente viável. Assim, a Vimágua assegura a manutenção de 1 ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) e de 25 FSC (Fossa Séptica Coletiva). Para além destas infraestruturas

públicas, a Vimágua assegura ainda a manutenção de fossas privadas sempre que o respetivo proprietário o solicite.

A Vimágua tem, ainda, a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados quer seja por iniciativa própria, havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2018, foram executadas 606 novas ligações domiciliárias à rede pública de saneamento e 4 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva.

Nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes de drenagem;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de Estações Elevatórias;
- Implementação de planos de manutenção preventiva de FSC - Fossas Sépticas Coletivas - e ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

No que respeita à manutenção corretiva das redes de saneamento, foram realizadas 2.428 operações de desobstrução e 607 intervenções de reabilitação. No capítulo da manutenção preventiva foram realizadas 1.463 intervenções relacionadas com a manutenção de fossas sépticas e 1.505 intervenções de assistência às EEAR - Estações Elevatórias de Águas Residuais.

A ocorrência de aflúncias pluviais indevidas e de caudais de infiltração prejudicam o desempenho dos sistemas de drenagem, tendo como efeito a sobrecarga hidráulica e consequente extravasamento dos sistemas.

As aflúncias pluviais indevidas têm geralmente origem em redes prediais pluviais ligados aos ramais e à rede de saneamento, enquanto a infiltração ocorre devido a problemas estruturais nos coletores, nas juntas, ligações e câmaras de visita.

A redução das aflúncias pluviais indevidas e dos caudais de infiltração constitui um objetivo estratégico para a Vimágua, tanto por razões económico-financeiras, como por razões ambientais. Do ponto de vista económico, o aumento do volume de água para tratamento, nomeadamente após grandes precipitações, traduz-se num aumento de custos para a entidade gestora. Do ponto de vista ambiental reduzir as

afluências pluviais indevidas e dos caudais de infiltração significa reduzir os extravasamentos, evitando desta forma a poluição dos meios recetores.

Neste contexto, salienta-se o trabalho sistemático do Setor de Fiscalização na deteção dessas afluências e no subsequente processo de notificação dos proprietários dos imóveis.

Em 2018 foi adjudicado um contrato de prestação de serviços com vista à deteção de afluências indevidas de águas pluviais na rede pública de saneamento, no valor de 40.428 Euros, o qual foi já iniciado e irá permitir fiscalizar 98 bacias de saneamento numa extensão de 286,06 quilómetros de coletores, englobando 24.000 locais a vistoriar. O âmbito geográfico desta intervenção inclui as bacias de drenagem afluentes às seguintes linhas de água:

- Regato de Nespereira;
- Ribeira de Passos, Ribeira de Pele;
- Ribeira do Selho e respetivos afluentes:
 - o Ribeira das Quintães;
 - o Rio de Atães;
 - o Ribeira da Aveleira;
 - o Ribeira de Santa Luzia;
 - o Ribeira da Costa.

Com vista à promoção e defesa do meio ambiente, através da melhoria do desempenho dos sistemas de águas residuais e deteção de ocorrências de descargas de água residual sem o devido tratamento para o meio hídrico, foram detetadas e corrigidas as seguintes situações:

Arruamento	Freguesia	Concelho	NºPrédios	Caudal Estimado	Data	LINHA DE ÁGUA
Praça Heróis da	São Paio	GMR	30 apartamentos +	450 m3/mês	Outubro	Ribeira de Santa Luzia
Fundação/Rua João XXI			8 comercios		de 2018	
Rua da Fontela 126	São Torcato	GMR	1 habitação unifamiliar	18 m3/mês	Outubro de 2018	Ambiente
Rua da Ponte Romana Laboratório Paisagem	Creixomil	GMR	-	-	Abril de 2018	Rio Selho

Gestão de Clientes

A Missão e Cultura de atuação da Vimágua tem como pilares fundamentais os Valores já enunciados, pelos quais se pauta e os quais, simultaneamente, promove, no seu âmbito de atuação. A satisfação dos clientes, claramente assumida na Política de Gestão da Qualidade e Segurança adotada, encerra em si aquele que será o principal Valor, pela sua importância intrínseca e, também, por ser aquele que pode aglutinar e sintetizar todos os outros.

O contínuo desenvolvimento de uma cultura de serviço ao Cliente é uma orientação estratégica que se concretiza no desenvolvimento de iniciativas direcionadas para a melhoria contínua do serviço prestado.

Clientes em números

No final de 2018 o número total de clientes da Vimágua era de 67.708, sendo 64.884 clientes de água e 61.083 clientes de saneamento.

Os clientes totais da Vimágua cresceram 1,77% comparativamente ao final do ano de 2017.

Tipo de cliente	2002	2016	2017	2018
Doméstico	37 138	56 159	57 241	58 146
Não Doméstico	6 506	9 040	9 289	9 562
Total	43 644	65 199	66 530	67 708

De realçar que desde o final do primeiro exercício de atividade (2002), a Vimágua regista um acréscimo de 24.064 clientes, a que corresponde uma taxa de crescimento de 55,14% e uma taxa média de crescimento anual próxima de 3,7%.



1

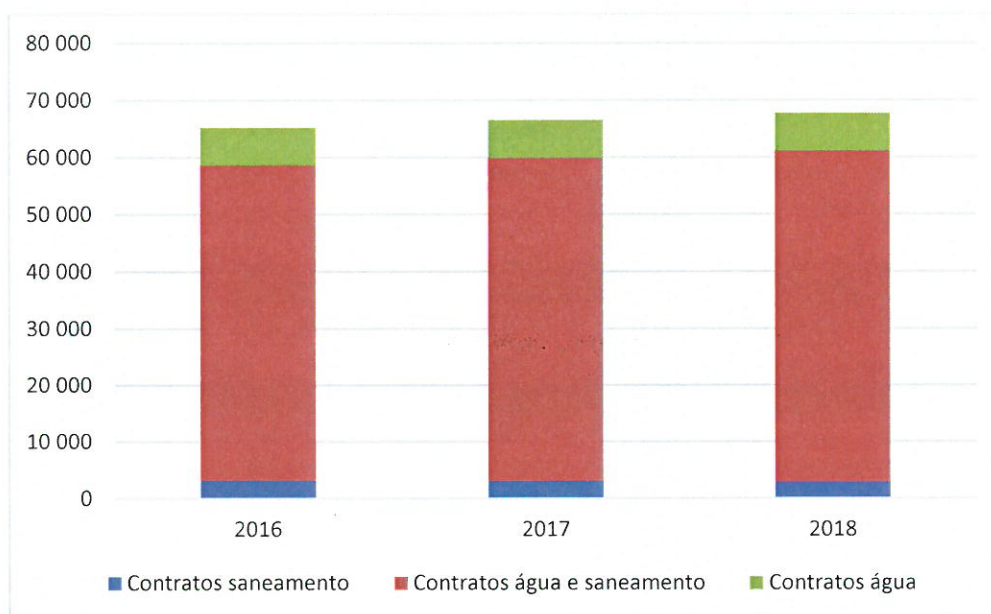
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

No triénio 2016-2018 a Vimágua registou um acréscimo de 3.496 clientes.

Em 2018 o crescimento anual de clientes (+1.178) foi situou-se acima dos mil clientes, refletindo a adesão às novas redes e o resultado do processo de notificação a quem tem serviço disponível, sem ligação às respetivas redes.

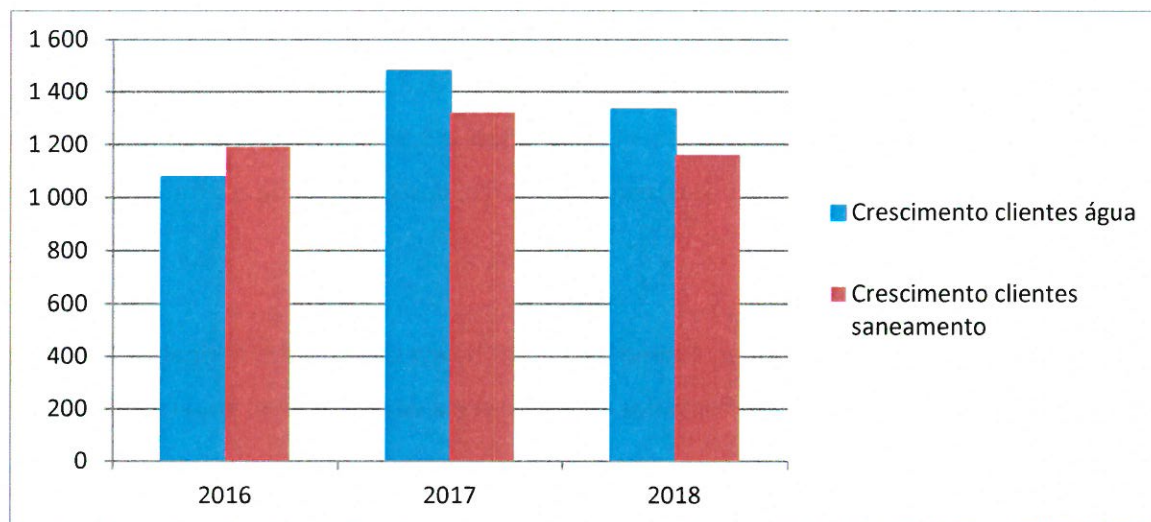
Consoante a natureza dos serviços existem três tipologias de contratos: “contratos de saneamento”, “contratos de água e saneamento” e “contratos de água”.

Tipo de contratos	2016	2017	2018
Contratos saneamento	3 131	2 981	2 824
Contratos água e saneamento	55 470	56 941	58 259
Contratos água	6 598	6 608	6 625
Total	65 199	66 530	67 708



Realça-se, em 2018, tal como já havia sucedido no ano anterior, o acréscimo de clientes com contrato de água e saneamento, também designado por contrato único, (+1.318) parcialmente contrabalançado pelo decréscimo de contratos só de saneamento (-157), registando-se um ligeiro acréscimo de contratos só de água (+17). Com efeito o crescimento de clientes de saneamento (+1.161) foi inferior e próximo do crescimento de clientes de água (+1.335), à semelhança do sucedido em 2017 e contrariamente que

sucedida nos anos anteriores. Estes números são relevantes porque realçam a tendência iniciada em 2015 de ligação aos dois serviços públicos: água e saneamento.



Os resultados do último triénio evidenciam, por um lado, o contínuo investimento em novas redes com vista à universalização tendencial dos serviços públicos de água e saneamento de águas residuais, por outro, o trabalho de fiscalização e controlo das ligações à rede pública de saneamento sem contratação do serviço com a Vimágua e, por último, o procedimento de obrigatoriedade de ligação às redes e contratação dos serviços implementado e em curso.

Cientes de água

O número total de clientes de água, em 31 de dezembro de 2018, era de 64.884 representando uma taxa de crescimento anual de 2,1%.

Tipo de cliente	2002	2016	2017	2018
Doméstico	37 138	53 174	54 415	55 464
Não Doméstico	6 506	8 894	9 134	9 420
Total	43 644	62 068	63 549	64 884

No final do ano a Vimágua passou a contar com mais 1.335 clientes, comparativamente com o final de 2017.

Da análise da evolução de clientes, concluímos que, tradicionalmente, o maior acréscimo é registado nos clientes familiares, resultado da expansão dos serviços públicos aos anéis externos dos concelhos, onde o

peso dos serviços e indústrias é menor, mas onde um grande número de pessoas passou a contar com a Vimágua como parceira de saúde pública, ambiente e qualidade de vida.

Nos últimos três anos, esta tendência é contrariada, tendo havido maior crescimento dos clientes não domésticos, com +2,01%, +2,7% e 3,13% no período 2016 a 2018, respetivamente, tendo a taxa de crescimento dos clientes domésticos ficado em +1,73%, 2,33% e 1,93%. De facto, continuamos a obter resultados significativos na adesão das famílias, com um reforço, neste triénio, da contratação de clientes não domésticos.

O número de clientes de água teve um acréscimo de 21.240 novos clientes, desde final de 2002, a que corresponde uma taxa de crescimento próxima dos 49% e uma taxa de crescimento anual média de 3,24%.



O acréscimo anual de clientes de água, o qual representa, também, um acréscimo no indicador de adesão às redes públicas, reflete por um lado o desfasamento temporal que existe entre a disponibilização de redes e a ligação da população às mesmas, num território fortemente marcado por origens alternativas, e, por outro, o trabalho contínuo que vem sendo desenvolvido pela Vimágua para promoção da adesão às redes públicas.

Cientes de saneamento

O número total de clientes de saneamento, em 31 de dezembro de 2018, era de 61.083 representando uma taxa de crescimento de 1,94%.

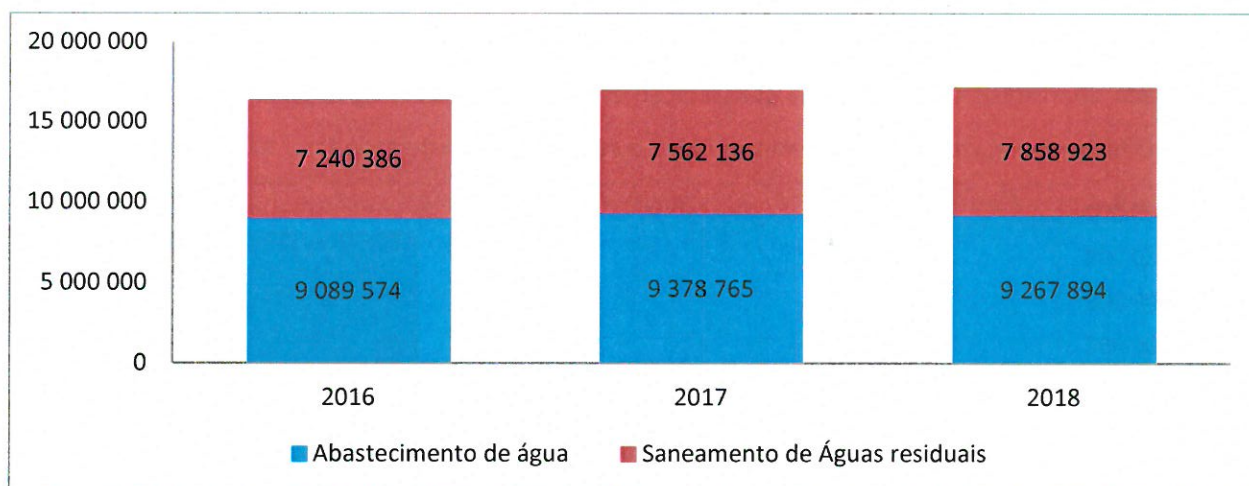
Tipo de cliente	2016	2017	2018
Doméstico	51 678	52 793	53 800
Não Doméstico	6 923	7 129	7 283
Total	58 601	59 922	61 083

No triénio 2016-2018 a Vimágua continua a registar um crescimento muito significativo de clientes de saneamento, com efeito passamos a ter mais 3.674 clientes.



Dados de Faturação

A faturação periódica de clientes, referente aos serviços prestados pela Vimágua, totalizou no exercício de 2018 o valor 17.126.817Euros, representando um crescimento de 1,1% quando comparado com o exercício de 2017.



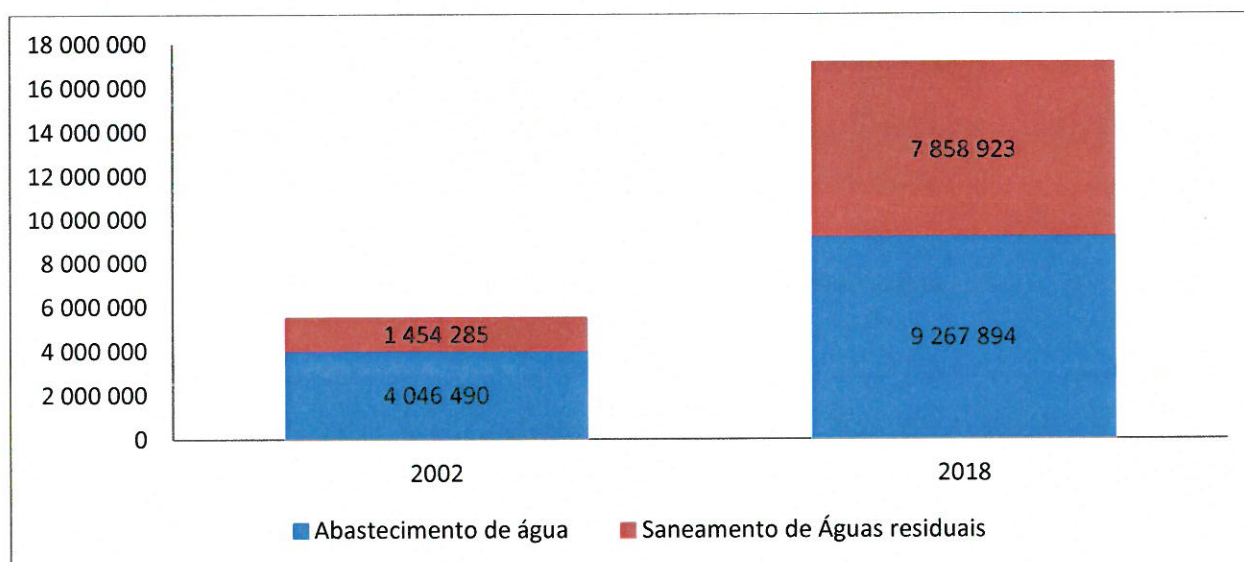
Analisados os dados da faturação em valor e em quantidade, verificámos que registámos crescimento nas quantidades e valores faturados de tarifas fixas, tanto no serviço de abastecimento de água como no serviço de saneamento de águas residuais, resultante do crescimento do número de clientes. No que às tarifas variáveis respeita registou-se um decréscimo de faturação de água, tanto em volume (-47.936m³) como em valor (-173.230Euros), e um acréscimo significativo na faturação do serviço de saneamento (+3,92%).

Atividade	Valor (€)			Variação 18/17
	2016	2017	2018	
Abastecimento de água	9 089 574	9 378 765	9 267 894	-1,18%
- Tarifa Variável	6 102 992	6 335 875	6 162 646	-2,73%
- Tarifa Fixa	2 986 582	3 042 890	3 105 248	2,05%
Saneamento de Águas residuais	7 240 386	7 562 136	7 858 923	3,92%
- Tarifa Variável	5 022 825	5 287 723	5 481 816	3,67%
- Tarifa Fixa	1 643 605	1 712 143	1 814 159	5,96%
- Contrato autónomo	573 956	562 270	562 948	0,12%
TOTAL	16 329 960	16 940 901	17 126 817	1,10%

Registou-se um decréscimo no total dos rendimentos do serviço público de abastecimento de água (-1,18%) e um acréscimo nos rendimentos do serviço de saneamento (+3,92%), o primeiro em resultado do decréscimo do volume de água faturado.

Foram mantidas, em 2018, em valores iguais aos anos anteriores as tarifas da generalidade dos serviços prestados pela Vimágua, com exceção das tarifas mensais de saneamento, as quais tiveram um aumento de 3,49% decorrente, essencialmente, do agravamento da tarifa aplicada pela “Águas do Norte”

Desde o início de atividade da Vimágua, em fevereiro de 2002, o montante de rendimentos relativos às principais prestações de serviços cresceu mais de 200% como resultado do acréscimo e expansão da atividade da empresa e do rigor na contratação e faturação dos serviços prestados às populações de Guimarães e Vizela, com especial destaque para o serviço público de saneamento.



Dados de Cobrança

Em janeiro de 2018, a Vimágua firmou um protocolo, para a cobrança coerciva de dívida, através do processo de execução fiscal, por intermédio dos serviços da Autoridade Tributária.

Sucedeu que a Vimágua, em sintonia com o que foi desde sempre o entendimento da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos tinha estabelecido que o meio de cobrança coerciva das receitas, relativas aos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, seguia o procedimento comum, através de ações declarativas intentadas nos Tribunais comuns. Aliás, por altura da publicação do Orçamento de Estado para o ano de 2011 a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) emitiu uma nota à imprensa reiterando que era seu entendimento que eventuais atrasos no pagamento da fatura da água não dariam lugar a um processo de execução fiscal.

Nessa mesma nota, a Entidade Reguladora fez referência a vários processos pendentes nos Tribunais Administrativos e Fiscais os quais poderiam vir a determinar outro enquadramento jurídico, alterando aquela que era a posição vigente, o que, efetivamente, veio a suceder.

Assim, a 10/04/2013, o Supremo Tribunal Administrativo publicou um Acórdão que veio a considerar que as dívidas de uma empresa municipal, provenientes do abastecimento público de águas, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos urbanos, deveriam ser coercivamente cobradas por meio do processo de execução fiscal.

Paralelamente, a 4 de abril de 2013, também, o Tribunal da Relação de Guimarães proferiu um Acórdão de onde resulta que “cabe à jurisdição administrativa e não aos tribunais judiciais a competência para apreciar uma ação em que a autora, concessionária da gestão e exploração do serviço público municipal de fornecimento de água, pretende obter a condenação do réu no pagamento de determinada quantia relativa ao fornecimento de água e acréscimos incluídos na fatura”.

Estes entendimentos conduziram a que o Tribunal Judicial de Guimarães se viesse a julgar incompetente nos processos judiciais de cobrança de dívida intentados pela Vimágua e que aí se encontravam a decorrer.

Posto isto, foi a Vimágua obrigada a repensar a metodologia para a cobrança coerciva de dívida, adotando o processo de execução fiscal, o que implicou que se procedesse à necessária alteração estatutária e à adequação dos procedimentos.

Desta feita, a Vimágua procedeu, a partir de maio de 2014, à cobrança de dívida por meio do processo de execução fiscal, no âmbito da delegação de poderes, prevista no artigo art.º 24-A, dos estatutos da

Vimágua, através da qual as Câmaras Municipais de Guimarães e Vizela, habilitam o seu Conselho de Administração, para as práticas de cobrança coerciva, através do processo de execução fiscal, visando arrecadar a receita proveniente do fornecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais urbanas e outros serviços que integrem o objeto social da Vimágua e que possam ser cobrados através daquele processo, investindo-a e ao pessoal ao seu serviço, para efeitos do disposto no artigo 27º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, dos poderes e prerrogativas de autoridade dos Municípios de Guimarães e Vizela previstos na Lei Geral Tributária e no Código do Procedimento e de Processo Tributário.

Não obstante, tendo em conta que o Código do Procedimento e de Processo Tributário foi desenhado para a Autoridade Tributária, é de muito difícil execução por outras entidades, desde logo, porque não têm ao seu dispor os meios necessários para a execução das dívidas.

Assim, atenta a atual redação do artigo 7º, n.º 4, do CPPT, que confere a possibilidade de se estabelecer um protocolo com a administração tributária para a cobrança coerciva de impostos e outros tributos administrados por autarquias locais, pareceu-nos uma boa solução o estabelecimento de um protocolo com a Autoridade Tributária, o qual poderia vir a resolver, eficazmente, os problemas e condicionalismos com que nos vínhamos a confrontar e foi o que prática veio a demonstrar.



Face ao exposto a Vimágua celebrou, em final do ano de 2017, com os serviços da Autoridade Tributária um Protocolo com vista à cobrança coerciva pela AT das dívidas de clientes.

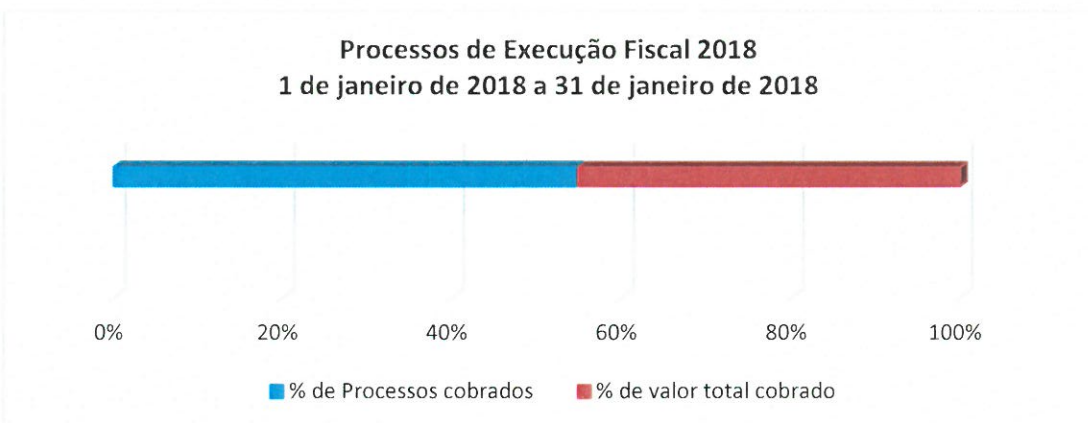
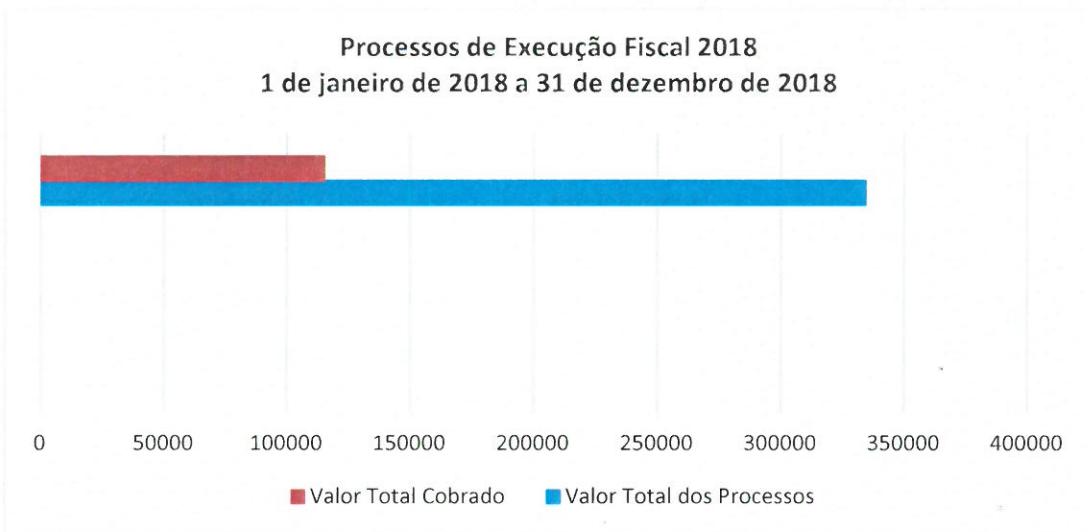
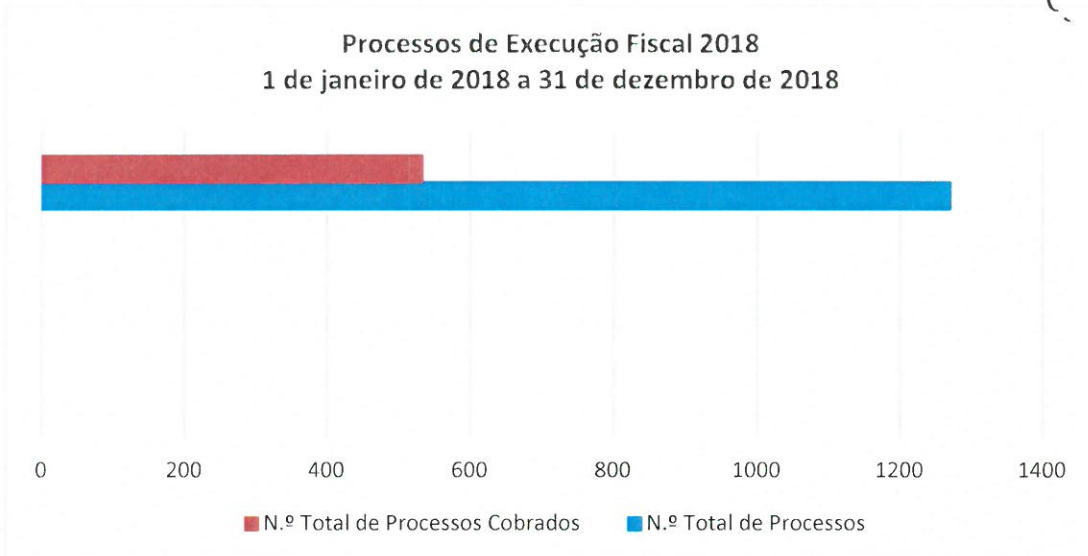
Com efeito a cobrança coerciva de processos de dívida através dos serviços da AT revelou-se uma opção mais eficaz, tendo registado uma diminuição global do valor em dívida:

Mora no pagamento	Valor em dívida (€)*		
	2016	2017	2018
até 6 meses	3 053 107	2 942 534	2 890 902
mais de 6 até 12 meses	164 783	153 038	156 816
mais de 12 até 18 meses	182 720	157 928	115 092
mais de 18 até 24 meses	302 676	135 878	94 544
mais de 24 meses	2 304 840	2 591 684	2 641 149
TOTAL	6 008 126	5 981 061	5 898 502

* inclui dívida a cobrar pela Vimágua de resíduos sólidos e TRH

Pelos resultados obtidos, em 2018, no que aos processos de execução fiscal respeita, estamos em crer que os resultados de redução da dívida serão significativos nos próximos anos.

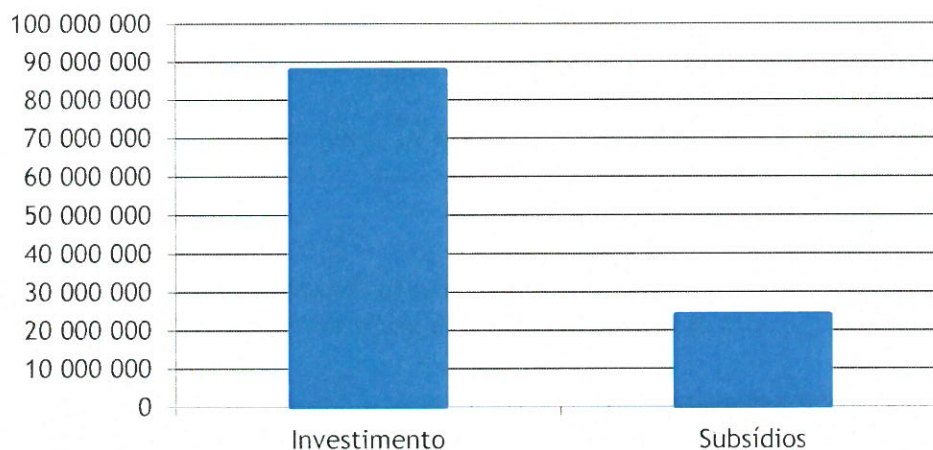
1. 


Investimento

Desde o seu início de atividade, em 2002, e até final de 2018 a Vimágua investiu 87,7 Milhões de Euros.

Do investimento realizado, a Vimágua viu participada a fundo perdido 27,3% do total investido.



Os investimentos projetados e realizados pela Vimágua tiveram como referência o cumprimento dos objetivos estabelecidos no PENSAAR 2020 – Uma Estratégia ao Serviço da População:

- 1 – A Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;
- 2 – A Sustentabilidade do Setor;
- 3 – A Proteção dos Valores Ambientais.

Nesta conformidade, foram definidas três áreas de investimento, com a seguinte realização no exercício económico de 2018:

- I. Investimentos no sistema de abastecimento de água em alta – Nesta área de intervenção foram, em 2018, investidos 198.648Euros.
- II. Investimento em expansão e remodelação de redes - A universalidade tendencial do abastecimento de água e saneamento de águas residuais continua a exigir da Vimágua um significativo investimento em extensões de redes nas freguesias, com o propósito de elevar as taxas de cobertura.

Os investimentos realizados em expansão de redes de água e saneamento de águas residuais permitiram atingir elevados níveis de cobertura no território servido pela Vimágua que, em final de 2018, atingiram os 97,8% em água e 91,2% em saneamento. Em 2018, foram investidos 2.132.481Euros em expansão, substituição e remodelação de redes públicas de água e saneamento nos concelhos de Guimarães e Vizela.

III. Investimentos diversos – Neste capítulo englobam-se um conjunto de investimentos instrumentais de apoio ao desenvolvimento da atividade da Vimágua e à prestação dos serviços públicos a seu cargo.

Em 2018 foram investidos 733.447Euros.

Especial relevância teve, em 2018 à semelhança do que sucedeu já em 2017, o reforço de meios para a atividade operacional da Vimágua, com vista à melhoria do serviço prestado e à redução de perdas de água, onde foram investidos na aquisição de máquinas, viaturas e equipamentos 619.557Euros.

O investimento global realizado pela Vimágua em 2018 foi de 3.064.606Euros.

Em coerência com aquela que tem sido a estratégia da Vimágua em processos, procedimentos e meios de suporte à sua atividade, privilegiando-se soluções amigas do ambiente, a Vimágua investiu na instalação de um sistema fotovoltaico no seu edifício sede para responder às suas necessidades energéticas, tendo o mesmo entrado em funcionamento no início do corrente mês de janeiro.

Com efeito, após ter instalado sistemas fotovoltaicos no Reservatório das Minas da Penha, na freguesia da Costa, e na Estação de Tratamento de Água de Gondomar, fez todo o sentido que a Vimágua estendesse esta medida, também, ao seu edifício sede. Assim, o referido sistema fotovoltaico, representou um investimento de 42Mil Euros, com um prazo de amortização de 4,4 anos, estimando-se uma poupança anual de 9Mil649Euros, o equivalente a 29% da fatura energética anual do edifício.

Importa ainda referir que os painéis foram instalados na cobertura do edifício, sendo o sistema constituído por 148 painéis, com uma potência total instalada de 43 KWp, ou seja, igual à potência consumida por 11 habitações familiares, e suprirá, entre outras necessidades, a iluminação, a climatização, o sistema informático e o carregamento dos veículos elétricos.

Em termos internacionais, nacionais e locais está a trabalhar-se já há alguns anos nas bases para o combate às alterações climáticas e para o desenvolvimento de uma economia verde que tenha subjacente a proteção do meio ambiente em todos os domínios de atividade, de maneira a que o desenvolvimento técnico, tecnológico e industrial esteja em harmonia com a espécie humana, garantindo a sua continuidade, num quadro de elevados índices de bem-estar e qualidade de vida.

A Vimágua procura, sempre, acompanhar as melhores práticas em todos os domínios da sua atividade, sendo a aposta em fontes de energia renováveis, com a instalação de painéis fotovoltaicos, uma das medidas estratégicas no sentido da descarbonização gradual da sua atividade, em linha com as políticas e metas nacionais, designadamente, com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica - RNC 2050, recentemente apresentado e que traça cenários e trajetórias de descarbonização profunda e transição energética, e com os desígnios ambientais dos Municípios de Guimarães e de Vizela, nomeadamente, com o Plano para o Desenvolvimento Sustentável de Guimarães 2030.

Em novembro de 2018, a Vimágua apresentou à comunidade o sistema de tratamento de água por ultravioleta instalado na Estação de Tratamento de Água de Gondomar. A Captação de água de Gondomar localiza-se na união das freguesias de Souto, Sta. Maria, Souto, S. Salvador e Gondomar, no concelho de Guimarães, na margem esquerda do Rio Ave.

A 22 de março de 2010, foi celebrado entre a Vimágua e a ARH Norte, I.P. um contrato de concessão que permite à Vimágua explorar a presente captação até 1,25hm³por ano, com um valor médio mensal de 104.166,67m³. Depois de captada, a água é tratada na ETA de Gondomar, respondendo às necessidades de abastecimento de água da totalidade ou de parte do território da União das Freguesias de Prazins, St. Tirso e Corvite, Prazins, Sta. Eufémia, União das freguesias de Souto, Sta. Maria, Souto, S. Salvador e Gondomar, União das Freguesias de Briteiros, St. Estevão e Donim, União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros, St. Leocádia, de Barco e de Ponte, servindo um total de 3.223 alojamentos, a que corresponde uma população de 7.415 habitantes.

A captação de água efetua-se, à semelhança do que acontece na principal captação da Vimágua em Sta. Eufémia de Prazins, através de drenos instalados no subleito do rio Ave. Já na Estação de Tratamento de Gondomar desenvolvem-se os seguintes processos:

- 1) desinfecção ultravioleta;
- 2) correção do pH com a adição de uma solução de leite de cal;

- 3) adição de água clorada, com cloro gás, para a manutenção de cloro residual, antes da entrada no Reservatório de água tratada.

A estratégia da Vimágua em matérias relacionadas com o tratamento da água está assente na adoção de soluções tecnológicas que garantam uma desinfecção absoluta da água.

A execução do Plano de Investimentos de 2018, face ao valor previsto no Plano de Investimentos revisto aquando da elaboração dos mapas previsionais para 2019, foi de 69,3%.

EXECUÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2018						
CÓDIGO	PROJETO	Previsão 2018 revisão	Execução 2018	%	Desvio	
					Valor	%
01	Sistema de abastecimento de água em alta					
01.01	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Prazins	219 442	53 394	24,33%	-166 048	-75,67%
01.02	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Gondomar	107 357	107 027	99,69%	-330	-0,31%
01.03	Ampliação e Remodelação de outras instalações de captação e tratamento	20 000	0	0,00%	-20 000	-100,00%
01.04	Reparação e remodelação de Reservatórios e Estações Elevatórias	22 711	4 615	20,32%	-18 096	-79,68%
01.09	Obras e equipamentos para reforço e remodelação do sistema de abastecimento de água em alta	66 388	33 612	50,63%	-32 776	-49,37%
02	Redes de água e saneamento					
02.01	Execução de novas redes de saneamento nas freguesias	1 290 579	962 869	74,61%	-327 710	-25,39%
02.02	Execução de novas redes de água nas freguesias	256 041	225 312	88,00%	-30 729	-12,00%
02.03	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de saneamento	65 098	22 841	35,09%	-42 257	-64,91%
02.04	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de água	721 749	507 540	70,32%	-214 209	-29,68%
02.05	Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	427 139	413 919	96,91%	-13 219	-3,09%
03	Investimentos diversos					
03.01	Projetos de infra-estruturas de água e saneamento	36 212	12 220	33,75%	-23 992	-66,25%
03.02	Outros estudos e projetos	9 800	3 450	35,20%	-6 350	-64,80%
03.03	Terrenos	8 108	8 108			
03.04	Máquinas e Viaturas	547 267	386 395	70,60%	-160 871	-29,40%
03.05	Equipamentos e ferramentas (exploração e produção)	286 270	233 162	81,45%	-53 108	-18,55%
03.06	Equipamentos para telegestão	8 549	0	0,00%	-8 549	-100,00%
03.07	Equipamento Informático e Software	38 562	26 338	68,30%	-12 224	-31,70%
03.08	Equipamento administrativo	15 121	16 890	111,70%	1 769	11,70%
03.11	Instalações de Armazém e Exploração	0	0			
03.12	Instalações e equipamentos para produção de energia	224 926	38 378	17,06%	-186 548	-82,94%
03.99	Outros investimentos	51 208	8 536	16,67%	-42 672	-83,33%
TOTAIS		4 422 525	3 064 606	69,30%	-1 357 919	-30,70%

1. 


Recursos Humanos

A política e gestão dos recursos humanos da Vimágua desenvolveu-se de acordo com as orientações definidas para o período e de forma integrada e articulada com os objetivos da empresa, com vista à melhoria dos serviços públicos prestados às populações e ganhos de eficácia da gestão global da Vimágua, nas diferentes vertentes.



A Lei de Orçamento de Estado para 2018, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, permitiu a partir de 1 de janeiro de 2018 iniciar o descongelamento de carreiras do pessoal identificado no n.º 9 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, onde se incluem todos os trabalhadores da Vimágua, quer em regime de cedência de interesse público quer com contrato individual de trabalho, permitindo as valorizações e acréscimos remuneratórios resultantes dos seguintes atos:

- i) Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, sendo reconhecidos todos os direitos que o trabalhador detenha, nos termos das regras próprias da sua carreira, que retoma o seu desenvolvimento.
- ii) Promoções, nomeações, ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos, incluindo nos casos em que dependam da abertura de procedimentos concursais para categorias superiores de carreiras pluricategoriais, gerais ou especiais, ou, no caso das carreiras não revistas e subsistentes, incluindo carreiras e corpos especiais, para as respetivas categorias de acesso.

O descongelamento foi aplicado, em janeiro de 2018, a todos os trabalhadores da Vimágua que reuniam os requisitos legalmente previstos para as alterações obrigatórias de posicionamento nas respetivas carreiras.

Aos trabalhadores contratados pelo regime do contrato individual de trabalho (CIT), de acordo com o disposto nos artigos 52º e 55º do Regulamento de Organização e Carreiras Profissionais da Vimágua, a respetiva progressão profissional ocorreu por “Progressão Linear”, ou seja, no âmbito das respetivas carreiras, pelo decurso do tempo e pelas regras de avaliação e promoções definidas.

Relativamente aos trabalhadores da Câmara Municipal de Guimarães que se encontram a exercer funções nesta empresa em Cedência de Interesse Público (CIP), nos termos do disposto no Acordo de Cedência de

Interesse Público outorgado entre a Vimágua e a Câmara Municipal de Guimarães, a avaliação e progressão remuneratória dos trabalhadores cedidos à Vimágua é da responsabilidade da entidade de origem.

Em conformidade, e nos termos do disposto no art.º 156º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), a Câmara Municipal de Guimarães remeteu à Vimágua a Lista com o reposicionamento na carreira e categoria de cada trabalhador, bem como o correspondente reposicionamento remuneratório à data de 01 de janeiro de 2018.

O pagamento dos acréscimos remuneratórios a que cada trabalhador teve direito, foi faseado nos seguintes termos:

- Em 2018, 25% a 1 de janeiro e 50% a 1 de setembro;
- Em 2019, 75% a 1 de maio e 100% a 1 de dezembro.

Para além de permitir proceder às alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de níveis e escalões dos trabalhadores - art.º 18º, n.º 1 alínea a) - a Lei de Orçamento de Estado para 2018 também permitiu proceder a promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos pelos trabalhadores - art.º 18º, n.º 1, alínea b).

Neste contexto, o Setor de Recursos Humanos efetuou um levantamento das funções efetivamente executadas pelos seus trabalhadores da qual resultou a confirmação, por parte das respetivas chefias, de que alguns trabalhadores da empresa desempenhavam funções passíveis de enquadrar uma carreira distinta daquela em que se encontravam inseridos.

De acordo com o disposto nos artigos 52º e 58º do Regulamento de Organização e Carreiras Profissionais em vigor, a progressão profissional dos trabalhadores da Vimágua pode ocorrer por “Evolução para Carreiras Diferenciadas”, ou seja, através da mudança de carreira, desde que esteja garantida a aquisição das condições do perfil básico de acesso à nova carreira.

Face ao novo enquadramento e diagnóstico realizado foi aprovada pelo Conselho de Administração a mudança de carreira de seis trabalhadores, nomeadamente, para as seguintes carreiras: Administrativa (2), Técnico Superior (3) e Quadro Técnico (1).

Em resultado da implementação da nova organização foram providos comissão de serviço, nos termos do artigo 54.º, do Regulamento de Organização e Carreiras Profissionais, os novos cargos de chefias com efeitos a partir de 1 de dezembro, tendo em algumas dessas situações resultado a correspondente valorização remuneratória conforme regras de retribuição aprovadas pelo referido Regulamento e demais deliberações do Conselho de Administração da Vimágua, tomadas previamente às restrições impostas nesta matéria pelas sucessivas Leis de Orçamento de Estado.

No que aos gestores públicos respeita, foi mantida a redução de 5% da remuneração fixa mensal, já aplicada desde 1 de junho de 2010, em cumprimento da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

O Decreto-Lei de Execução Orçamental publicado a 15 de maio de 2018 – Decreto-Lei n.º 33/2018 – veio determinar no artigo 144.º, nos termos, designadamente dos números 1 e 8, que as empresas municipais possam proceder ao recrutamento de trabalhadores para constituição de vínculos de emprego, desde que expressamente autorizados no ato de aprovação do plano de atividades e orçamento.

Estando a Vimágua com necessidades de recrutamento foi elaborado um Plano de Recrutamento, com a necessária fundamentação de cada uma das necessidades, com vista à prossecução da melhoria e continuidade dos serviços públicos que constituem o objeto da Vimágua e, em particular, os seguintes objetivos:

- Reforço da capacidade operacional da Vimágua;
- Melhoria da eficiência hídrica, designadamente, os aspetos relativos à redução de perdas de água, reforçando meios para a célere reparação de fugas, substituição de contadores, criação de ZMC's e reforço da telegestão.

O Plano de Recrutamento, proposto pelo Conselho de Administração, foi aprovado pela Assembleia Geral da Vimágua, tendo sido recrutados 29 trabalhadores durante o ano de 2018.

Quadro de pessoal

Importa, neste capítulo, salientar alguns indicadores que revelam aspetos evolutivos da estrutura de recursos humanos da Vimágua.

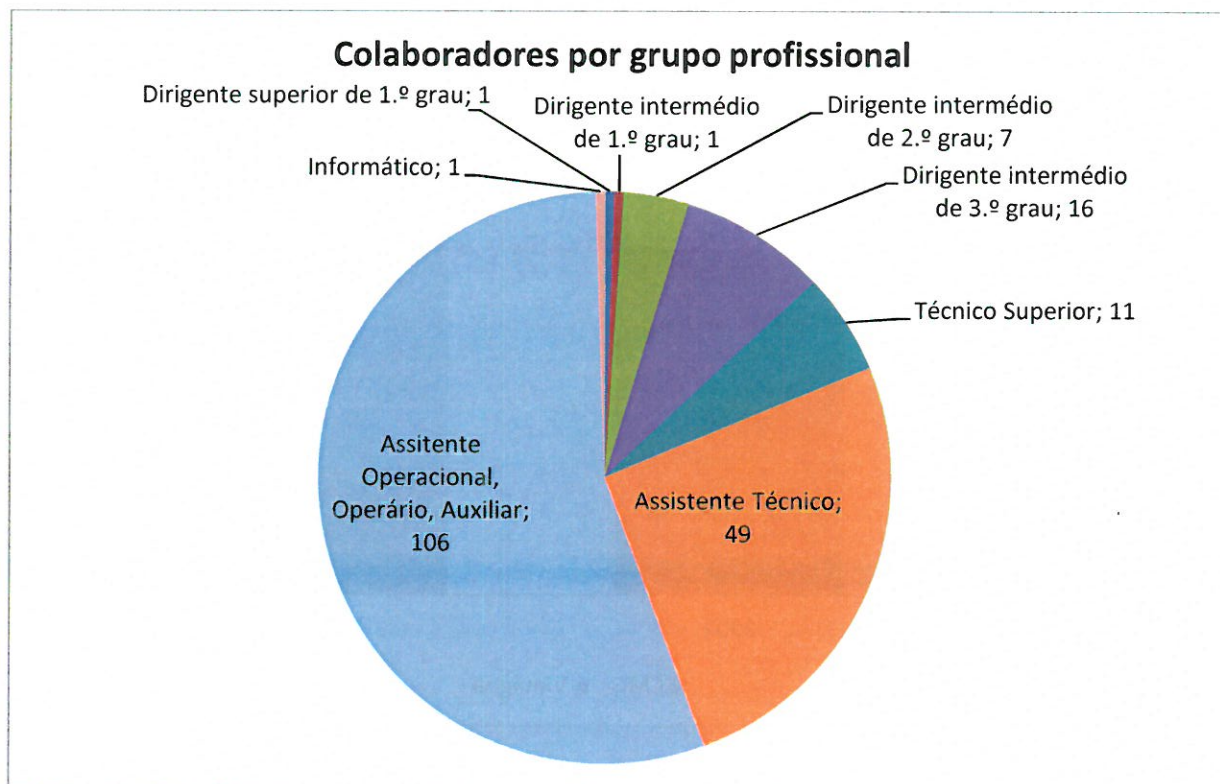
Em 31 de dezembro de 2018 a Vimágua contava com 192 trabalhadores, tendo-se registado um crescimento de 22 trabalhadores em relação ao final do exercício económico anterior.

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Mapa geral por grupos de pessoal

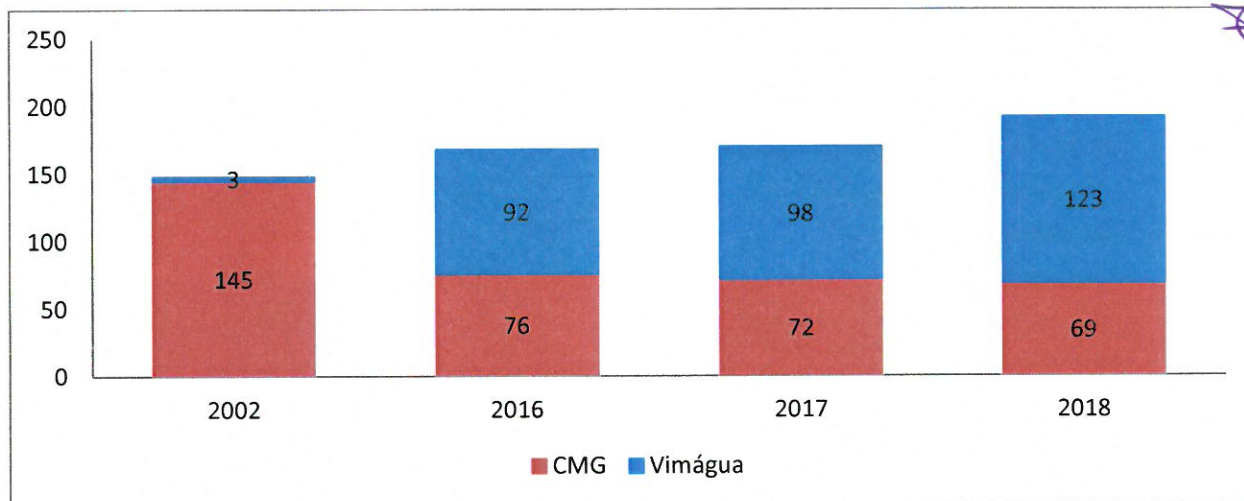
Grupo Profissional	Mobilidade de Interesse Público (CMG e ME)	Vimágua	Total
Dirigente superior de 1.º grau	1		1
Dirigente intermédio de 1.º grau	1		1
Dirigente intermédio de 2.º grau	3	4	7
Dirigente intermédio de 3.º grau	10	6	16
Técnico Superior		11	11
Assistente Técnico	11	38	49
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	42	64	106
Informático	1		1
Totais Gerais	69	123	192

A maioria dos trabalhadores da Vimágua está incluída na categoria de “Assistente Operacional, Operário, Auxiliar”, com um peso de 55%. A categoria de “Assistente Técnicos” é a segunda categoria profissional com maior representatividade na empresa (26%). Estas duas categorias têm em conjunto 81% dos trabalhadores totais da Vimágua, em final de 2018.

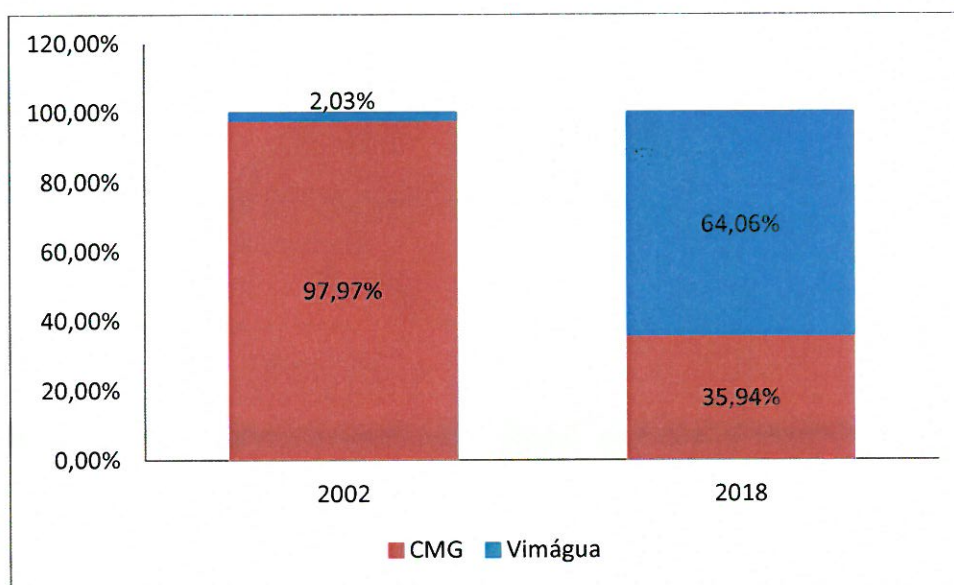


O quadro de efetivos da Vimágua é composto por trabalhadores em regime de mobilidade de interesse público, dos quadros do Município de Guimarães, os quais integravam o quadro dos Serviços

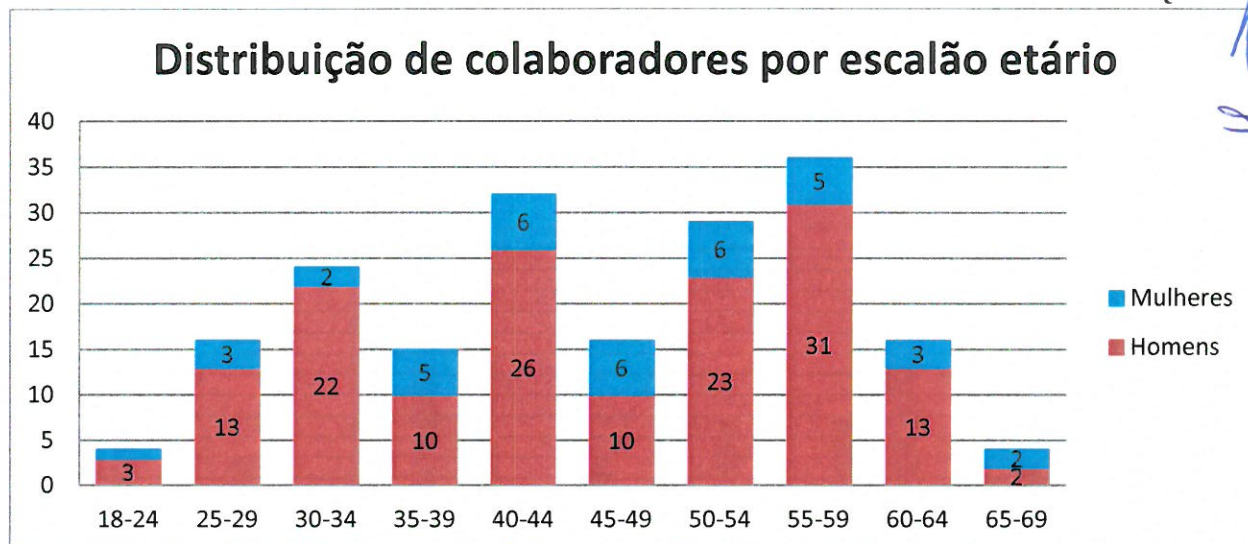
Municipalizados à data de criação da empresa, e trabalhadores entretanto recrutados, designados nos gráficos seguintes como *Vimágua*.



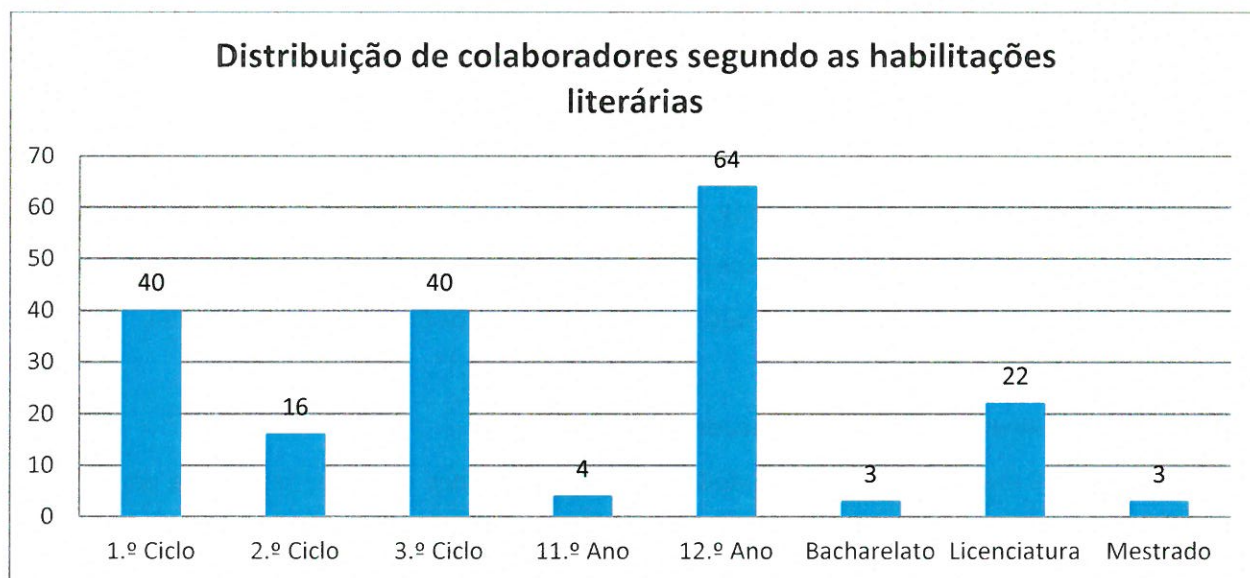
A percentagem de trabalhadores recrutados pela Vimágua é atualmente de 64,06%, claramente superior à percentagem de trabalhadores do Município. Os trabalhadores do Município em regime de mobilidade diminuiram, substancialmente, desde a criação da Vimágua em 2002 passando de 97,97% para 35,94% do total dos trabalhadores.



A maioria dos trabalhadores da Vimágua é do género masculino (153 homens e 39 mulheres) e 56% dos trabalhadores está em idades inferiores a cinquenta anos, o que revela uma estrutura etária equilibrada e relativamente jovem.



No que concerne às habilitações literárias verifica-se que no final do corrente exercício 28 trabalhadores tinham o ensino superior politécnico ou universitário, representando cerca 15% do total, 33% terminaram o ensino secundário e cerca de 21% apenas concluíram o primeiro ciclo do ensino básico.

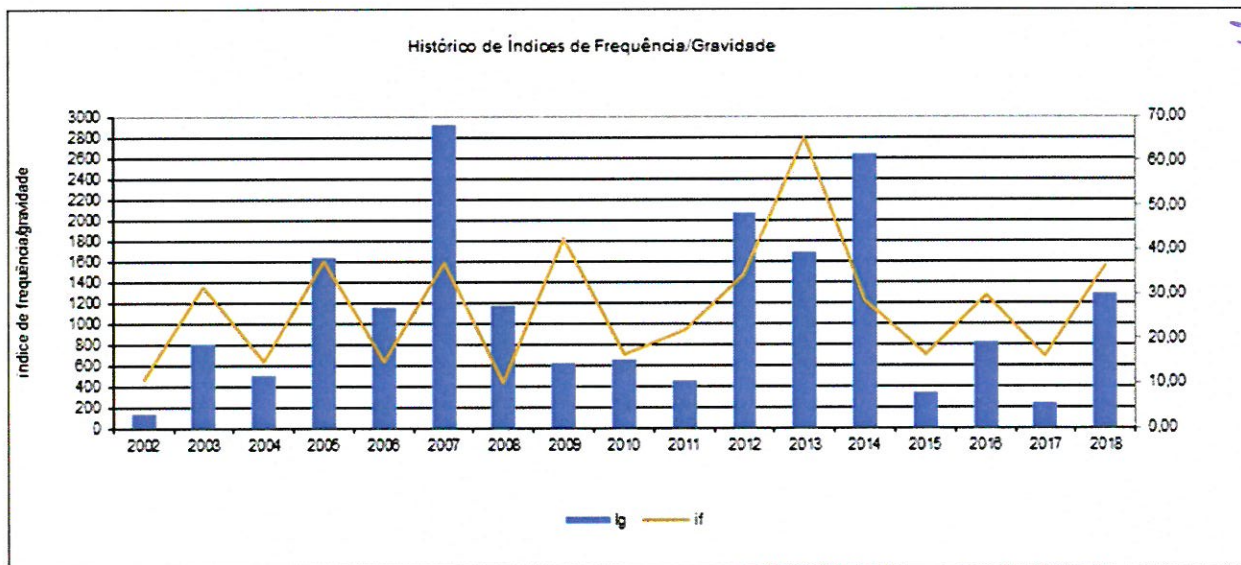


Acidentes/Incidentes e Índices de sinistralidade

Durante o ano de 2018 registaram-se 17 acidentes, aumentando comparativamente com o ano anterior em que se registaram 4 acidentes.

Dos acidentes de trabalho registados, quatro não deram origem a ausências e os restantes treze originaram uma perda de trabalho de 315 dias úteis, substancialmente superior aos quarenta e três dias úteis registados em 2017.

Efetuu-se a análise dos índices de frequência (If) e de gravidade (Ig):



Os Índices de frequência e de gravidade registaram os valores mais elevados desde 2015. O aumento do Índice de frequência, deveu-se à ocorrência de um maior número de acidentes, salientando-se que do total de acidentes ocorridos, dois conduziram a uma perda significativa dos dias de incapacidade, determinado o aumento registado no Índice de gravidade.

Não obstante, foram realizadas, durante o ano de 2018, diversas ações de sensibilização junto dos trabalhadores aquando das visitas/inspeção às obras por administração direta e foram realizadas formações de segurança aos trabalhadores mais expostos a riscos de acidente de trabalho.

Medicina do trabalho e promoção da saúde

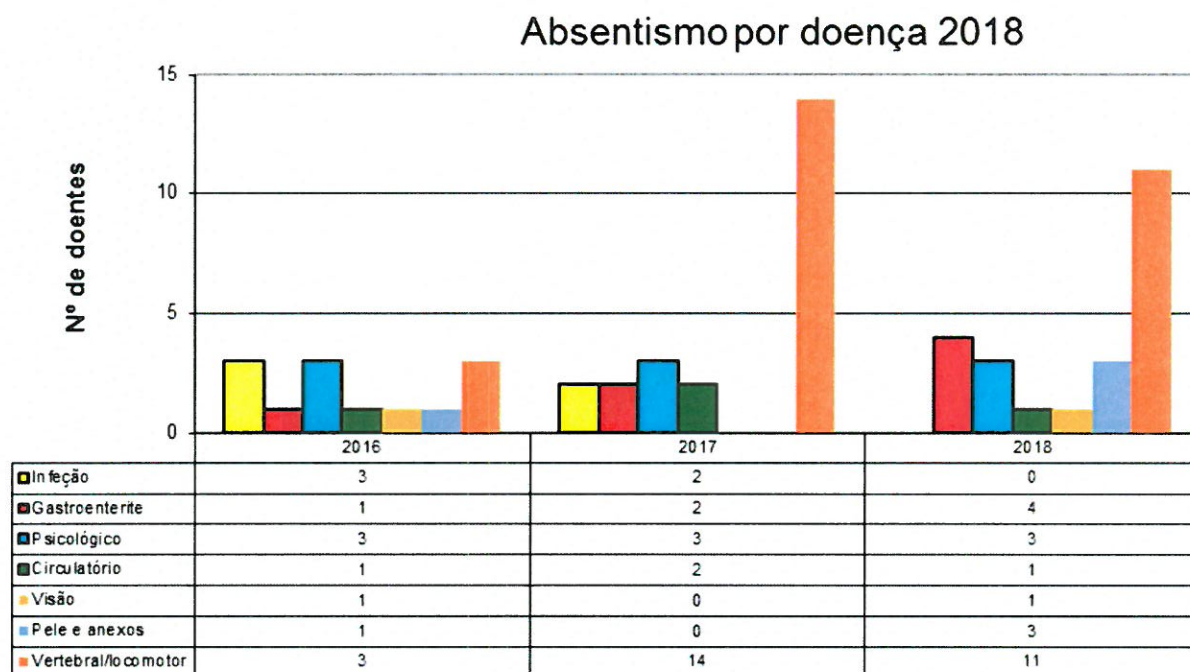
No domínio da medicina do trabalho realizaram-se 188 exames médicos, repartidos por exames de admissão (29), exames periódicos (100) e exames ocasionais (61).

Foram, também, efetuadas visitas a dois locais de trabalho de exterior, em conjunto com o médico de Medicina no Trabalho, para além das visitas aos locais de trabalho da sede da Vimágua.

Durante o ano de 2018, continuou-se a avaliação ergonómica dos postos de trabalho com a implementação de algumas melhorias, como, por exemplo, a colocação de suporte de monitor, o tapete de rato com apoio de pulso e as cadeiras ajustadas às necessidades clínicas dos trabalhadores (apoio lombar).

A. 

O absentismo por doença resultou numa perda de 3.621 dias de trabalho. De acordo com a análise do médico de medicina no trabalho, verificou-se a distribuição de absentismo por doença pelas seguintes patologias:



Assim, concluiu a análise médica que a patologia que mais afetou trabalhadores da Vimágua, no ano 2018, foi do foro vertebral/locomotor, tal como sucedido no ano transato.

Relativamente a ações de promoção da saúde, junto dos trabalhadores da Vimágua, manteve-se o rastreio da diabetes e da hipertensão, disponível ao longo de todo o ano, realizaram-se audiogramas aos trabalhadores expostos e foram ministradas vacinas da hepatite B aos trabalhadores que contactam com águas residuais.

Foi mantido o programa do DAE (Desfibrilhador Automático Externo), sem registo de qualquer emergência.

Com o mesmo objetivo de promoção da saúde foram realizadas onze campanhas de prevenção, representando um claro reforço de ações nesta área:

- Dia 1 de março: colheita de sangue e de medula óssea em parceria com o Instituto Português do Sangue e Transplantação do Porto com os seguintes resultados:

- 40 potenciais doadores de sangue;
- 27 colheitas de sangue;
- 4 colheitas de sangue para análise de medula óssea;



Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP

1
[Handwritten signature]

- Dia 8 de março: comemoração o dia internacional da mulher, com a realização de uma aula de ginástica localizada no edifício sede da Vimágua com o seguinte slogan;



“O Bom da Vida é viver Bem. Escolha Sentir-se Bem todos os Dias”

[Handwritten signature]

- Dia 28 de abril: no dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, divulgou-se a campanha do ACT com o tema “Formar hoje, Prevenir o amanhã” e a respetiva importância do tema.



Elaboraram-se também cartazes alusivos ao dia Nacional da Prevenção e Segurança no trabalho (Respeite a Vida, Trabalhe em Segurança, Viva com Segurança, Trabalhe com Confiança);

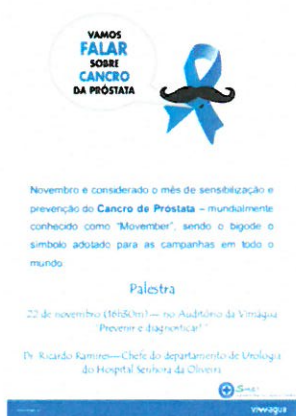


- Mês de abril: prevenção dos maus tratos das crianças com cartazes alusivos - Eu Não Maltrato, Eu Abraço e Cuidar e Proteger Ajuda-nos a Crescer;



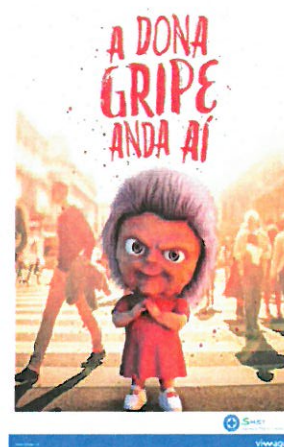
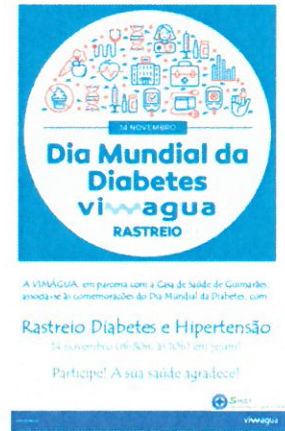
- Dia 28 de maio - Rastreio oftalmológico com a adesão de 28 colaboradores;
- Dia 29 de maio - Palestra "Prevenir e diagnosticar doenças ginecológicas! Como fazer!" com a adesão de 30 colaboradores;
- Dia 31 de maio - Campanha antitabágica, dia mundial sem tabaco com afixação de cartazes alusivos (31 de maio, dia mundial sem tabaco);

- Mês de julho - campanha para a proteção do sol com distribuição de protetores solares e cartazes alusivos ao tema (Pela sua saúde com o sol não se brinca/Pela sua saúde proteja-se);
- Dia 14 de novembro - Dia Mundial da Diabetes, efetuou-se um rastreio com a adesão de 37 colaboradores;



- Dia 22 de novembro efetuou-se uma palestra no auditório com o tema “Cancro da Próstata- Prevenir e diagnosticar” onde assistiram 29 pessoas;




- Com o objetivo de acautelar um surto de gripe sazonal, uma vez mais, a Vimágua promoveu durante o mês de novembro uma campanha de vacinação com o slogan “a Dona Gripe anda aí), à qual aderiram 52 colaboradores.



Formação profissional

No âmbito da política de formação profissional dos trabalhadores da Vimágua, há a destacar os seguintes dados relativos ao ano de 2018:

Tipologia	N.º Participantes	N.º Horas
Ações de formação internas	44	700
Ações de formação externas	128	455

1. 



Designação das formações 2018
"Alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro"
"O Papel do Gestor de Contrato Municipal"
"Projeto, Execução e Certificação de Instalações Elétricas - Nova Legislação"
"Reabilitação Interior de Condutas"
A Revisão do Código dos Contratos Públicos-as principais novidades
Alterações Climáticas-Transformação digital na gestão resiliente de sistemas
Contraordenações Municipais As duas fases do processo: da Gestão Processual e do Processo
Desfibrilhador Automático Externo - DAE (Renovação)
Especialização Prática em Compras Públicas
Formação de Gestão de Ramais com interligação com o SIG
Gestão de Emergência
Gestão de Ramais UBS
Gestão de Recursos Humanos
Implementação de Sistemas de Gestão de Energia (ISO 50001)
Modelação Numérica de Redes e Distribuição de Água (EPANET)
Orçamento de Estado 2018 Novas Perspectivas na Carreira
Os procedimentos de Fiscalização Municipal
Pós-Graduação em Direito à Proteção de Dados Pessoais
Prevenção e Controlo da Legionella
Processamento de Vencimentos e Ajudas de Custo
Produtos Químicos utilizados na Ultrafiltração
Projeto de Licenciamento
RGPD - Reg. Geral sobre a Proteção de Dados
Técnicas de Colheita de Amostra de Água para Consumo Humano
Técnico de Colheita de Amostras - Águas de Consumo
Tecnologias Membranares-Um Instrumento Valioso na Gestão do Ciclo Urbano da Água
Trabalhador certo, no local certo, no tempo certo
Utilização - detetor de Gases
Utilização de Extintores

Desempenho Económico e Financeiro

O presente título sintetiza os resultados alcançados pela Vimágua durante o ano de 2018, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

Situação Económica

A situação económica da Vimágua, atentos os resultados apurados no exercício de 2018, é positiva, reforçando e consolidando uma trajetória sustentada e positiva, cumprindo-se o Contrato de Gestão em vigor.

A Vimágua terminou o ano de 2018 com um resultado líquido positivo de 1.277.561Euros.

Os rendimentos operacionais registaram um acréscimo de 375.610Euros (+1,91%) face aos registados no exercício de 2017, mantendo a trajetória de crescimento dos exercícios anteriores resultante do já referido crescimento de clientes.

Rendimentos operacionais

euros	2016	2017	2018	Δ% 18/17
Vendas e prestações de serviços	17 199 602	17 854 293	18 224 942	2,08%
Venda de água	6 102 992	6 335 875	6 162 646	-2,73%
Venda material	5 184	10 352	15 046	45,34%
Prestações de serviços - saneamento	7 742 969	8 043 204	8 536 157	6,13%
Prestações de serviços - água	3 228 851	3 310 508	3 386 675	2,30%
Outros serviços	119 605	154 354	124 419	-19,39%
Outros rendimentos e ganhos	2 059 762	1 782 965	1 787 925	0,28%
Rendimentos operacionais	19 259 364	19 637 258	20 012 868	1,91%

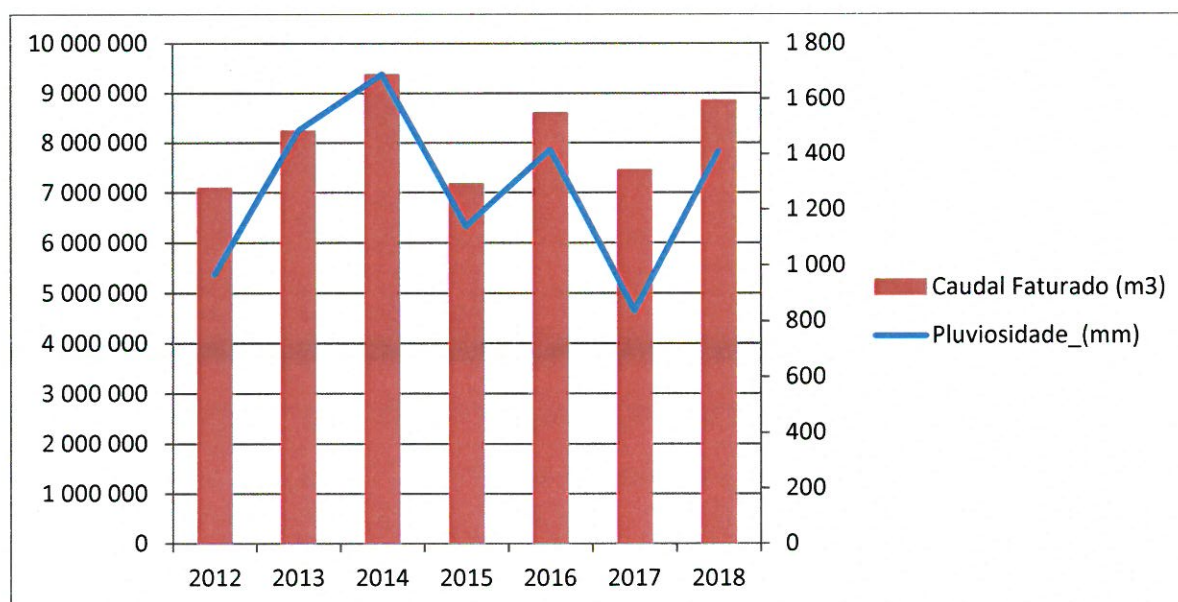
Os gastos operacionais, em termos globais, registaram um acréscimo de 545.965Euros, totalizando no exercício económico em análise 17.549.309Euros (+3,21%).

Gastos operacionais

euros	2016	2017	2018	Δ% 18/17
Custo existências vendidas e consumidas	40 205	39 503	38 500	-2,54%
Fornecimentos e serviços externos:	10 589 440	10 070 537	10 419 237	3,46%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	4 975 723	4 456 165	4 844 815	8,72%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	1 736 213	1 800 161	1 681 852	-6,57%
Outros fornecimentos e serviços externos	3 877 504	3 814 211	3 892 570	2,05%
Gastos com o pessoal	2 646 165	2 826 077	3 142 913	11,21%
Provisões e perdas por imparidade	586 131	112 049	17 700	-84,20%
Outros gastos operacionais	215 084	390 879	182 586	-53,29%
Amortizações e depreciações	3 428 056	3 564 298	3 748 372	5,16%
Gastos operacionais	17 505 080	17 003 344	17 549 309	3,21%

Os gastos relativos ao tratamento de águas residuais, rubrica com maior peso na estrutura de gastos operacionais, e que remunera o serviço prestado pela entidade gestora do sistema “em alta”, Águas do Norte, S.A., tiveram um acréscimo significativo (+8,72%).

O acréscimo de gastos com o tratamento de águas residuais representou um gasto adicional de 388.650Euros relativamente a 2017. Esta variação, com impacto direto e muito significativo nos resultados operacionais da Vimágua, resultam, além do acréscimo de atividade no saneamento e dos acréscimos de preços praticados pela Águas do Norte, S.A., dos diferentes níveis de pluviosidade, como se pode observar no gráfico seguinte que compara os caudais faturados à Vimágua com os níveis de pluviosidade registados nos anos 2012 a 2018.



De facto, o volume de caudal faturado pela entidade gestora do sistema de saneamento em alta sofre um forte acréscimo em anos de maior pluviosidade, como foram os anos de 2014, 2016 e 2018, em resultado

da afluência de águas pluviais no sistema, o que evidencia a importância do trabalho encetado de separação de águas pluviais das redes de águas residuais.

Importa realçar que, a partir da faturação de outubro inclusive, a Águas do Norte aplicou a metodologia de faturação dos serviços em alta de saneamento de águas residuais por Rendimentos tarifários, repartido através de Caudais Desfasados, com efeitos a 1 de janeiro, com base no histórico dos volumes faturados no ano de 2017, o que atenuou o impacto da pluviosidade. Assim, se tivessem mantido até final de 2018 a aplicação da tarifa unitária de 0,6231€ aos volumes recolhidos, o valor do gasto no ano de 2018 seria superior em cerca de 670.000Euros.

No entanto, em 2019, serão considerados os volumes do ano de 2018 para repartição dos Rendimentos tarifários pelos utilizadores municipais do sistema multimunicipal, havendo sempre o reflexo das afluências indevidas na conta a pagar do tratamento das águas residuais.

Os gastos com o tratamento mantêm um peso muito significativo na estrutura de gastos operacionais da Vimágua, tendo representado 27,61% em 2018.

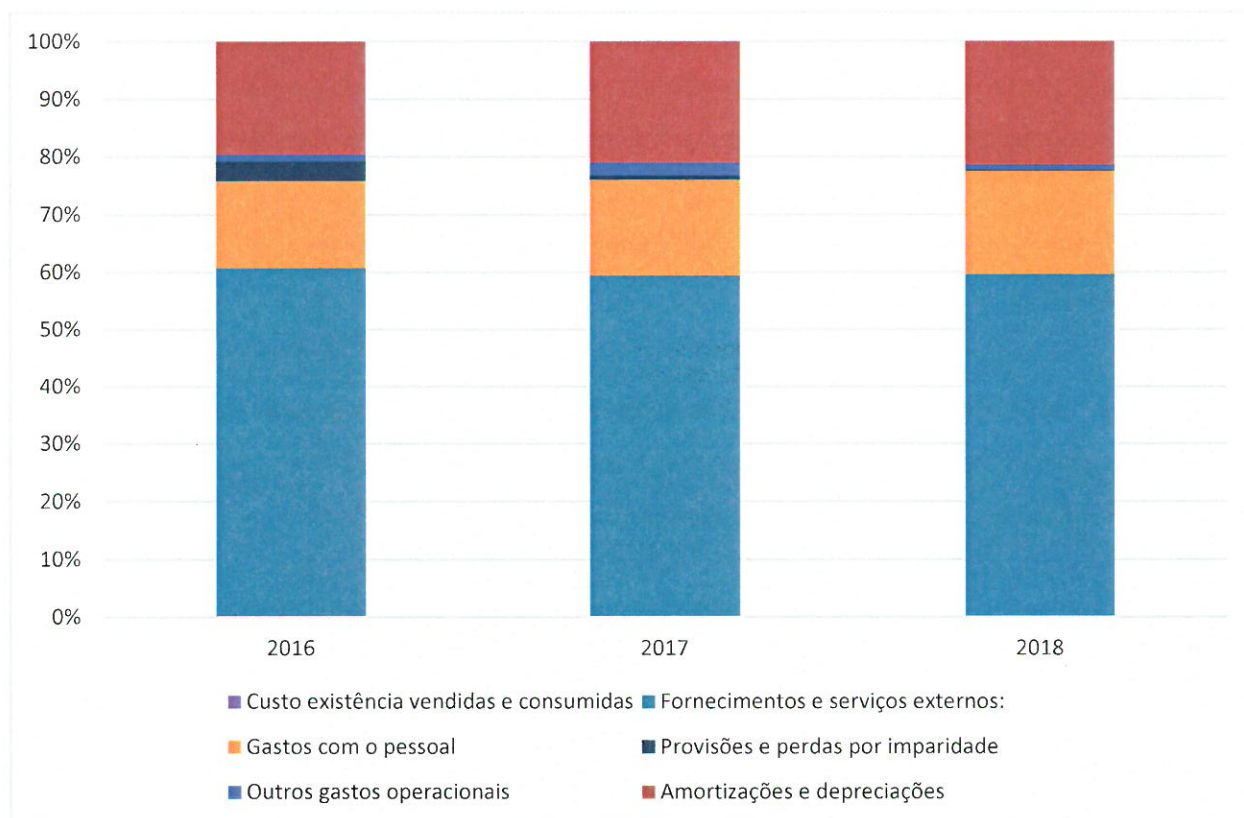
Importa realçar, desde logo pelo seu peso relativo na estrutura de gastos, o valor da contrapartida devida pela utilização dos bens dos Municípios (1.681.852Euros), a qual segue o regime de preços de transferência através do método da repartição do lucro, ou seja, varia em função dos resultados apurados antes de impostos e sem contrapartida.

A rubrica de outros gastos operacionais teve um decréscimo (+208.293Euros), sendo que em 2017 esta havia registado um acréscimo resultante da relevação a gastos, como correções relativas a períodos anteriores, dos valores de perdas de TRH não imputáveis aos utilizadores finais, sendo a correção relativa ao período compreendido entre 2009 e 2017.

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, que detêm um peso decisivo na estrutura de custos, corresponderam a 59,37% dos gastos operacionais, um peso ligeiramente superior ao do exercício anterior, teve um crescimento de +3,46%.

Os gastos com pessoal cresceram (+11,21%), resultante das valorizações remuneratórias efetuadas a partir de janeiro de 2018 e resultantes, em grande medida, do descongelamento de carreiras e das

promoções, nomeações ou graduações em categorias e posto superior e do acréscimo de trabalhadores, cujo recrutamento foi permitido pela Lei de Orçamento de Estado e Decreto Lei de Execução Orçamental.



Também de registar a descida dos gastos relativos a provisões e perdas por imparidade (-84,2%) resultado do estabilizar dos montantes em dívida de clientes.

O resultado operacional do exercício económico de 2018 da Vimágua foi de 2.463.559Euros apresentando um ligeiro decréscimo em relação ao exercício anterior (-170.355Euros), valor resultante do crescimento dos gastos operacionais (+545.965Euros), parcialmente compensado pelo crescimento dos rendimentos operacionais (+375.610Euros).

O resultado líquido do exercício foi de 1.277.561Euros, próximo do resultado do exercício anterior, tendo o EBITDA mantido um valor acima dos 6Milhões de Euros, com um ligeiro crescimento (+0,22%).

Resultado Líquido

euros	2016	2017	2018	Δ% 18/17
EBITDA	5 182 340	6 198 212	6 211 931	0,22%
Amortizações e depreciações	3 428 056	3 564 298	3 748 372	5,16%
Resultados operacionais	1 754 284	2 633 914	2 463 559	-6,47%
Resultados antes de impostos	894 413	1 846 356	1 725 011	-6,57%
Imposto sobre o rendimento	243 156	504 566	447 450	-11,32%
Resultado líquido do exercício	651 257	1 341 790	1 277 561	-4,79%

O *Cash flow* bruto totalizou 5.491.083Euros, próximo do valor do ano anterior (-0,57%).

O autofinanciamento ascendeu a valores próximo dos 200%, tendo aumentado como resultado da redução do volume de investimento no exercício económico em análise (-48,2%), tendo o *Cash flow* líquido registado um ligeiro decréscimo (-1,17%) comparativamente com o ano anterior.

Cash flow líquido e investimento

euros	2016	2017	2018	Δ% 18/17
Resultados antes de impostos	894 413	1 846 356	1 725 011	-6,57%
Amortizações e depreciações	3 428 056	3 564 298	3 748 372	5,16%
Variação das provisões e perdas por imparidade	586 131	112 048	17 700	-84,20%
<i>Cash flow</i> bruto	4 908 599	5 522 702	5 491 083	-0,57%
Imposto sobre o rendimento	243 156	504 566	447 450	-11,32%
Resultados distribuídos				
<i>Cash flow</i> líquido	5 151 755	6 027 268	5 938 533	-1,47%
Investimento	2 138 960	5 916 786	3 064 606	-48,20%
Autofinanciamento	241%	102%	194%	90,23%

Situação Financeira e Patrimonial

A demonstração da posição financeira da Vimágua em 31 de dezembro de 2018 apresenta um ativo líquido de 58.790.970Euros, evidenciando um crescimento de +2,24% face a 31 de dezembro de 2017, em resultado do acréscimo no ativo corrente (+2.056.795Euros) o qual foi parcialmente compensado pelo decréscimo do ativo não corrente (-770.302Euros).

Ao nível do ativo corrente realça-se o acréscimo das disponibilidades (+2.028.789Euros), o qual resulta, essencialmente, da execução de 69,3% do plano de investimentos previsto para 2018 (-1.357.919Euros).

Em 2018 registamos o decréscimo do passivo corrente (-9,61%), em resultado transferência da dívida relativa a contrapartida devida aos Municípios para dívida não corrente, uma vez que o seu pagamento não ocorrerá no próximo exercício económico.

Posição financeira

euros	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Δ% 18/17
Ativo não corrente	44 777 344	47 007 555	46 237 254	-1,64%
Ativo corrente	12 436 440	10 496 921	12 553 717	19,59%
Total do ativo	57 213 785	57 504 477	58 790 970	2,24%
Capitais permanentes	39 367 967	40 038 970	43 003 982	7,41%
Passivo corrente	17 845 818	17 465 507	15 786 988	-9,61%
Total do passivo + capital próprio	57 213 785	57 504 477	58 790 970	2,24%

Os rácios económicos revelam uma situação positiva, uma estabilização dos indicadores de resultado e uma melhoria dos indicadores financeiros relativamente aos anos anteriores. Os rácios financeiros refletem, nomeadamente nos indicadores de liquidez geral e Fundo de maneo (+19,42 p.p.), o acréscimo de disponibilidades já referido, como resultado do menor investimento, tendo um valor muito confortável a par dos indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira, evidenciando de forma clara a estabilidade financeira da Vimágua.

Rácios

Económicos	2016	2017	2018	Δ p.p. 18/17
Margem bruta/rendimentos operacionais	26,91%	31,56%	31,04%	-0,52
Resultado operacional/rendimentos operacionais	9,11%	13,41%	12,31%	-1,10
Resultado líquido/rendimentos operacionais	3,38%	6,83%	6,38%	-0,45
Resultado líquido/capital próprio	3,14%	6,18%	5,71%	-0,47
Financeiros	2016	2017	2018	Δ p.p. 18/17
Liquidez geral	69,69%	60,10%	79,52%	19,42
Autonomia financeira	36,23%	37,78%	38,08%	0,30
Solvabilidade	56,81%	60,72%	61,50%	0,78
Fundo de maneo	0,70	0,60	0,80	19,42

Execução previsional

Apresenta-se de seguida a execução da Demonstração Previsional de Resultados aprovada e revista em 2018, com os respetivos desvios:

Execução da Demonstração Previsional de Resultados 2018

	Previsão 2018 revista	Execução 2018	Desvio	
			Valor	(%)
Vendas e serviços prestados	19 591 152	18 224 942	-1 366 210	-6,97%
Vendas de material	5 283	15 046	9 763	184,82%
Vendas de água	6 641 954	6 162 646	-479 309	-7,22%
Prestações de serviços - água	3 630 306	3 386 675	-243 631	-6,71%
Prestações de serviços - saneamento	9 313 610	8 536 157	-777 453	-8,35%
Tarifas de ligação	1 354 303	676 854	-677 450	-50,02%
Saneamento de águas residuais	7 959 143	7 858 923	-100 220	-1,26%
Outros	163	380	217	132,99%
Outras prestações de serviços	0	124 419	124 419	-nd-
Outros rendimentos operacionais	1 599 305	1 787 925	188 621	11,79%
Trabalhos para a própria entidade				
Imputação de subsídios p/ investimentos	1 021 964	1 173 489	151 525	14,83%
Imputação de subsídios p/ ramais	577 340	555 834	-21 507	-3,73%
Outros rendimentos e ganhos	0	58 602	58 602	-nd-
Total de proveitos operacionais	21 190 457	20 012 868	-1 177 589	-5,56%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-40 056	-38 500	1 556	-3,88%
Matérias-primas	-40 056	-38 500	1 556	-3,88%
Fornecimentos e serviços externos	-10 633 430	-10 419 237	214 193	-2,01%
Sub-contrato tratamento de águas residuais	-4 721 194	-4 844 815	-123 621	2,62%
Contrapartida pela utilização das infra-estruturas	-2 222 234	-1 681 852	540 382	-24,32%
Outros FSEs	-3 690 002	-3 892 570	-202 567	5,49%
Gastos com pessoal	-2 879 970	-3 142 913	-262 943	9,13%
Outros gastos operacionais	-247 588	-182 586	65 002	-26,25%
Total de gastos operacionais antes de amortizações, provisões e perdas por imparidade	-13 801 044	-13 783 236	17 808	-0,13%
Amortizações e depreciações	-4 203 165	-3 748 372	454 792	-10,82%
Provisões e perdas por imparidade	-19 689	-17 700	1 988	-10,10%
Total de custos operacionais	-18 023 897	-17 549 309	474 588	-2,63%
EBIT	3 166 560	2 463 559	-703 001	-22,20%
Margem EBIT	0,15	0,14	-0,01	-9,54%
Gastos e perdas financeiros	-743 467	-738 548	4 919	-0,66%
Rendimentos e ganhos financeiros	0			
Resultados financeiros	-743 467	-738 548	4 919	-0,66%
Resultados antes de impostos	2 423 093	1 725 011	-698 082	-28,81%
Imposto sobre o rendimento	-572 889	-447 450	125 438	-21,90%
Impostos sobre Lucros	-572 889	-447 450	125 438	-21,90%
Impostos Diferidos				
Resultado líquido do período	1 850 204	1 277 561	-572 644	-30,95%
Margem Líquida	8,7%	6,38%	-2,32 p.p.	

Artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução quando não cumpram com os seguintes requisitos:

a) Nos últimos três anos as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios

	Vendas e prestações de serviços	Gastos incorridos	Gastos totais	% Vendas e prestações de serviços nos Gastos totais incorridos
2018	18 224 942	18 287 856	18 287 856	99,66%
2017	17 854 293	17 790 902	17 790 902	100,36%
2016	17 199 602	18 364 951	18 364 951	93,65%
Requisito cumprido				

b) Nos últimos três anos o peso contributivo dos subsídios à exploração é inferior a 50 % das suas receitas

	Prestação de serviços e outros rendimentos	Subsídios à exploração	% Subsídios na totalidade de Prestação de serviços e outros rendimentos	
2018	20 012 868	0	0	0,00%
2017	19 637 258	0	0	0,00%
2016	19 259 364	0	0	0,00%
Requisito cumprido				

c) Nos últimos três anos o EBITDA é positivo

	Resultado operacional	Amortizações e depreciações	EBITDA
2018	2 463 559	3 748 372	6 211 931
2017	2 633 914	3 564 298	6 198 212
2016	1 754 284	3 428 056	5 182 340
Requisito cumprido			

d) Nos últimos três anos o resultado líquido é positivo

	Resultado líquido
2018	1 277 561
2017	1 341 790
2016	651 257
Requisito cumprido	

Perspetivas Futuras

Com uma taxa de execução de cerca de 70% do Plano Plurianual de Investimentos de 2018, avançamos em 2019 com enfoque no “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (2014-2020)”.

Assim, o planeamento da atividade da Vimágua, para o próximo exercício económico, mantém-se em linha com os objetivos nacionais fixados para o setor do saneamento básico, designadamente:

- 1 – A Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;
- 2 – A Sustentabilidade do Setor; e
- 3 – A Proteção dos Valores Ambientais.

O Plano de Investimentos, aprovado pelos Municípios, para o quinquénio iniciado em 2018, no valor global de 27,5 M€, define três áreas de investimento:

- I. Sistema de Abastecimento de Água em Alta – 5 M€;
- II. Redes de Água e Saneamento – 19,2 M€;
- III. Investimentos Diversos – 3,4 M€.

Para o ano de 2019 e no que concerne às redes de água e de saneamento em baixa, temos previsto um montante de investimento de 3MilhõesEuros, que servirá para a execução de extensões de redes nas freguesias e para a substituição e remodelação de redes e equipamentos.

Relativamente às redes de saneamento de águas residuais, visando a salubridade pública e a salvaguarda das linhas de água, continuaremos a promover a eliminação de ligações indevidas de águas pluviais e de infiltrações nos sistemas de drenagem de águas residuais.

Prosseguiremos com as medidas tendentes à eliminação de todos os pontos de contacto entre redes públicas de drenagem (de saneamento e de águas pluviais), com a duplicação de caixas de visita, bem como, a deteção e eliminação de ligações prediais irregulares, incrementando as ações de fiscalização, o que nos irá permitir, também, reduzir os custos com energia nas estações elevatórias e com o tratamento das águas residuais.

Ainda no que respeita à melhoria do desempenho das redes de saneamento, iremos intensificar o plano de manutenção e reabilitação de coletores de saneamento, através da realização de operações de

limpeza, inspeção vídeo dos coletores e reabilitação através da tecnologia CIPP - *Cured In Place Pipe* - nomeadamente, nas redes mais antigas e naquelas que apresentem deficiente funcionamento.

Propomo-nos desenvolver novas iniciativas de Educação Ambiental, em estreita ligação com a comunidade escolar, as Juntas de Freguesia, as Brigadas Verdes e outras entidades, e implementar um novo Plano de Comunicação, com o objetivo de informar e sensibilizar para a correta utilização dos sistemas prediais de saneamento, por forma a evitar que sejam lançados no saneamento materiais e objetos que provocam obstruções e transbordamentos, quando deveriam ser colocados no saco do lixo.

No atinente ao sistema de abastecimento de água em alta iremos investir, em 2019, o montante de 1,5Milhões de Euros, tendo como objetivo reforçar a segurança na produção e na distribuição de água, cumprindo com os mais elevados parâmetros de qualidade, e aumentar a capacidade de reserva com a ampliação do reservatório de S. Bento.

Com efeito, as alterações climáticas têm ocasionado situações extremas, com períodos de seca prolongados que alternam com precipitações intensas e que podem vir a colocar em causa quer a qualidade quer a quantidade de água disponível no Rio Ave. Estas circunstâncias exigem o estabelecimento de medidas preventivas e de medidas de mitigação e resposta que garantam a disponibilidade de água para o abastecimento público com a máxima segurança e qualidade.

Nesta conformidade, o investimento nos processos e em tecnologias de vanguarda de tratamento de água, constitui uma prioridade estratégica para a Vimágua. A empreitada para a instalação de tecnologia de desinfecção por radiação ultravioleta, na Estação de Tratamento de Prazins, representa mais uma etapa no reforço da segurança da água para o abastecimento público.

A redução dos volumes de água não faturada constitui um objetivo crucial, dependente de múltiplos fatores, pelo que prosseguiremos com significativos investimentos, na remodelação e substituição das redes mais antigas e com maior número de roturas, na diminuição dos valores de pressão de serviço excessivos, registados em determinados pontos da rede, com recurso à instalação de válvulas redutoras de pressão, na renovação do parque de contadores e na criação e densificação de Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC).

Em investimentos diversos está inscrito o valor de cerca de 2Milhões de Euros, destacando-se, aqui, o investimento na construção do Armazém Geral e Oficina da Vimágua.

Com efeito, atento o significativo incremento de meios técnicos, designadamente, maquinaria pesada, e de recursos humanos, para áreas operacionais, exige uma reorganização dos serviços e, conseqüentemente, a criação de condições ajustadas às novas necessidades.

Nesta rúbrica de investimentos diversos, destacamos, ainda, a aquisição de um novo equipamento pesado de limpeza e desobstrução de coletores, o reforço da telegestão e a produção de energia, com a instalação de painéis solares fotovoltaicos e de hidrogeradores, reduzindo, assim, a fatura energética e a pegada carbónica da Vimágua.

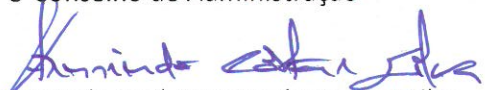
A Administração da Vimágua continuará apostada na otimização da gestão operacional, na eliminação de custos de ineficiência, na recuperação integral dos gastos dos serviços e na prevenção e controlo da poluição, salvaguardando e valorizando o nosso património natural.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua e nos artigos 31.º a 33.º, na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, no artigo 295.º e nos n.ºs 1, alínea b) e 2 do artigo 376.º, todos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2018, no valor de 1.277.560,83Euros (um milhão duzentos e setenta e sete mil e quinhentos e sessenta euros e oitenta e três cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- Para Reserva Legal (5%) – 63.878,04Euros (sessenta e três mil oitocentos e setenta e oito euros e quatro cêntimos);
- Para Resultados Transitados – 1.213.682,79Euros (um milhão duzentos e treze mil seiscentos e oitenta e dois euros e setenta e nove cêntimos).

O Conselho de Administração


Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente


Joaquim Meireles Pereira Gonçalves – Vogal


Marta de Abreu Coutada – Vogal

Considerações Finais

O resultado do exercício relativo ao ano de 2018 é claramente positivo, assim como os demais resultados e principais indicadores que evidenciam a sólida situação económica e financeira da Vimágua.

A atuação da Vimágua pautou-se pelo respeito pela Lei, pelos Municípios seus acionistas, pelos utilizadores do serviço, pelos fornecedores e demais prestadores de serviços.

O rigor, a exigência, a transparência, a ética e um forte sentido de serviço continuarão a ser a pedra angular da atividade da Vimágua, tendo em conta o interesse dos utilizadores dos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Aos Municípios de Guimarães e Vizela e às Juntas de Freguesia, deixamos aqui o nosso especial reconhecimento pela sempre pronta colaboração e cooperação.

À Agência Portuguesa do Ambiente I.P. – ARH-Norte, à CCDR-n, à ERSAR, ao ACES Alto Ave, deixamos o nosso agradecimento, sendo o seu contributo de inestimável importância para o bom desempenho da Vimágua.

Importa, ainda, registar um especial apreço em relação aos trabalhadores da Vimágua pela dedicação, competência e profissionalismo no exercício das suas funções, em prol de um serviço público de referência.

O Conselho de Administração,



Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente




Joaquim Meireles Pereira Gonçalves – Vogal



Marta de Abreu Coutada – Vogal

Demonstrações financeiras

1. 

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2018.

O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa e respetivo anexo;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	45.712.019	46.366.536
Ativos intangíveis	9	67.913	108.400
Participações financeiras - outros métodos		6.629	3.526
Ativos por impostos diferidos		450.694	529.093
		46.237.254	47.007.555
Ativo corrente			
Inventários	10	733.926	658.424
Clientes	12	1.068.218	1.191.666
Estado e outros entes públicos	13	915.337	828.815
Outros créditos a receber	14	1.205.157	1.210.583
Diferimentos		104.773	109.918
Caixa e depósitos bancários	5	8.526.305	6.497.516
		12.553.717	10.496.921
Total do ativo		58.790.970	57.504.477
CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	20.1	500.000	500.000
Outros instrumentos de capital próprio		12.240.000	12.240.000
Resultados transitados	20.2	-235.904	-1.847.737
Outras variações no capital próprio	20.3	8.606.686	9.492.242
Resultado líquido do período		1.277.561	1.341.790
Total do capital próprio		22.388.342	21.726.296
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	29	35.155	18.271
Financiamentos obtidos	15	11.747.196	13.201.403
Outros instrumentos financeiros	16	2.003.085	2.351.526
Fornecedores	17	4.349.740	
Outras dívidas a pagar - Ajustamento em subsídio	18	2.480.465	2.741.474
		20.615.640	18.312.674
Passivo corrente			
Fornecedores	17	1.076.088	3.145.619
Estado e outros entes públicos	13	210.771	530.086
Financiamentos obtidos	15	1.454.208	1.427.449
Outras dívidas a pagar	18	6.116.421	5.620.398
Diferimentos	19	6.929.500	6.741.956
		15.786.988	17.465.507
Total do passivo		36.402.628	35.778.181
Total do capital próprio e do passivo		58.790.970	57.504.477

*Aminda Estrogil
José Nélio Pinheiro
Paula de Abreu Bastada*

Encontro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	23	18.224.942	17.854.293
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-38.500	-39.503
Fornecimentos e serviços externos	24	-10.419.237	-10.070.537
Gastos com o pessoal	25	-3.142.913	-2.826.077
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	-816	-93.778
Provisões (aumentos/reduções)	29	-16.884	-18.271
Outros rendimentos	26	1.787.925	1.782.965
Outros gastos	27	-182.586	-390.879
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.211.931	6.198.212
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8 e 9	-3.748.372	-3.564.298
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.463.559	2.633.914
Juros e gastos similares suportados	15	-738.548	-787.558
Resultado antes de impostos		1.725.011	1.846.356
Imposto sobre o rendimento do período	22	-447.450	-504.566
Resultado líquido do período		1.277.561	1.341.790

Resultado por ação básico		2,56	2,68
---------------------------	--	------	------

Handwritten signature in blue ink:
 Fernando Augusto
 José Nélio R. Gonçalves
 Junta de Administração

Handwritten signature in blue ink:
 Encarregado

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio		
		Capital subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio			Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	500 000		12 240 000				-2 957 621			10 293 944	651 257	20 727 580		20 727 580
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respect															
Ajustamentos por impostos diferidos								-133 150				-133 150			-133 150
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								1 243 035			-801 702	-651 257	-209 924		-209 924
	2							1 109 885,00			-801 702,00	-651 257,00	-343 074,00		-343 074,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											1 341 790	1 341 790		1 341 790
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											690 533	998 716		998 716
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
subscrições de capital															
subscrições de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	5														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6=1+2+3+5	500 000		12 240 000				-1 847 736			9 492 242	1 341 790	21 726 296		21 726 296

Evangelista

*Luís António
João - Nuno
Paula de Abreu*

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Acções (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	500 000,00		12 240 000				-1 847 737			9 492 242	1 341 790	21 726 295		21 726 295
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivos ajustes por impostos diferidos								-78 399					-78 399		-78 399
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								1 690 232			-885 556	-1 341 790	-537 114		-537 114
	2							1 611 832,69			-885 556,32	-1 341 790,00	-615 513,63		-615 513,63
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											1 277 561	1 277 561		1 277 561
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											-64 229	662 047		662 047
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
subscrições de capital															
subscrições de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	5														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6=1+2+3+5	500 000		12 240 000				-235 904			8 606 686	1 277 561	22 388 342		22 388 342

Ensalado

*Sumário este valor
Jacqui Pereira Pinheiro
Ganta de Abreu Coutada*

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		20.335.295	19.638.320
Pagamentos a fornecedores		-10.108.319	-12.989.710
Pagamentos ao pessoal		-3.079.892	-2.831.228
Caixa gerada pelas operações		7.147.084	3.817.381,86
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		-771.061	-162.746
Outros recebimentos/pagamentos		762.582	415.750
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		7.138.605	4.070.385
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2.928.435	-6.012.680
Ativos intangíveis		-8.000	-66.780
Investimentos Financeiros			
Outros ativos		-3.103	-2.176
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.660	5.125
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Subsídios de investimento		13.449	109.500
Juros e proveitos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2.924.429	-5.967.011
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			2.000.000
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.427.449	-1.310.932
Juros e gastos similares		757.938	-809.126
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxo das atividades de financiamento (3)		-2.185.386	-120.058
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			
Efeito das diferenças de câmbio		2.028.790	-2.016.684
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.497.516	8.514.200
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8.526.305	6.497.516

Handwritten signature in blue ink
 João Miguel F. Gonçalves
 Tanta de Azevedo

Handwritten signature in blue ink

1 

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

	PERÍODOS	
	31/12/2018	31/12/2017
Numerário	24.150	21.211
Depósitos bancários	8.502.156	6.476.305
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	8.526.305	6.497.516
Outras disponibilidades:		
Dívidas a instituições de crédito		
Disponibilidades constantes do Balanço	8.526.305	6.497.516



*Assinado e rubricado
João Nuno F. Gonçalves
Gestão de Abreu Contada*

Ernesto

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Designação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União de Freguesias de Oliveira do Castelo, S. Paio e S. Sebastião, 4810-025 Guimarães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único -505993082

Natureza da atividade: A Vimágua tem a seu cargo a gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 36001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

Com a publicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais pelo qual, num prazo de 6 meses, é imposta a adequação dos Estatutos do setor empresarial local ao novo regime legal. Neste sentido, foram publicados em 28 de fevereiro de 2013 os novos Estatutos da Vimágua.

A última alteração aos Estatutos e respetiva publicação data de 20 de dezembro de 2016.

Capital Social: 500.000 euros dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

A apresentação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações efetuadas por força das NCRF aplicáveis às respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adoção dos modelos de demonstrações financeiras aprovados no âmbito do SNC.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis com as apresentadas para o período anterior

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF-DIVULGAÇÃO TRANSITORIA - Não aplicável.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10; 12; 20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de conservação e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou do abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e são registados na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos sempre que sejam identificáveis, seja possível exercer o controlo sobre os mesmos, permitam que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa, e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Programas de Computador	3

O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

(c) Inventários

O custo das matérias-primas e subsidiárias é valorizado com base no custo médio de aquisição, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

São registadas perdas de imparidade aos inventários nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

(d) Imparidade de Ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis”.

(e) Custo dos financiamentos obtidos

Todos os custos de financiamentos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

(f) Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

- Clientes e outros Créditos a receber

Estas rubricas estão reconhecidas e divulgadas no balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas em resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Provisões

A Vimágua analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal custo, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de a Empresa ter ou não ter o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração do financiamento.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração da dívida.

- Instrumentos Financeiros Derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Vimágua. Os instrumentos financeiros derivados utilizados respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. Os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada

no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”. Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

(g) Reconhecimento do Rédito:

O rédito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- a) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- d) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- e) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos líquidos de impostos e descontos, pelo valor a receber.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros. Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.

(h) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição irá cumprir com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do período numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados.

(i) Impostos sobre o rendimento

O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Quando aplicável adotou-se a NCRF 25.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui igualmente gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento verifica-se unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

4.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

(b) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Vimágua reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(c) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Vimágua não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

(d) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(e) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, dada a sua natureza, as rubricas de 'Impostos diferidos' e de 'Provisões' são classificadas como não correntes.

(f) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

(g) Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento

Nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da Vimágua, é anualmente calculada a Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que são proprietários os Municípios de Guimarães e Vizela, e utilizados na atividade da Vimágua.

A contrapartida é calculada segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos.

No cálculo do valor a pagar aos Municípios foi utilizada a proporção de 49,37%, calculada nos termos do Anexo III do Contrato de Gestão:

Cálculo da Contrapartida devida aos Municípios

Resultados antes de Impostos e sem Contrapartida		3 406 863
Proporção calculada aquando da aprovação do Plano de Investimentos quinquenal em vigor		49,37%
Contrapartida devida ao Município de Guimarães	90%	1 513 667
- Valor c/ IVA		1 861 810
Contrapartida devida ao Município de Vizela	10%	168 185
- Valor c/ IVA		206 868
Contrapartida Municípios Guimarães e Vizela		1 681 852
- Valor c/ IVA		2 068 678

Cálculo da Proporção

DA _m – Extensão em quilómetros da rede de distribuição de água, da titularidade dos Municípios	616,99
DA _v – Extensão em quilómetros da rede de distribuição de água, da titularidade da Vimágua	748,32
AR _m – Extensão em quilómetros da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade dos Municípios	457,76
AR _v – Extensão em quilómetros da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade da Vimágua	354,01

$P = P_{DA+AR}$ – Proporção relativa à extensão das redes dos Sistemas

$$(DA_m + AR_m) / (DA_m + DA_v + AR_m + AR_v) = P_{(DA+AR)} \quad 49,37\%$$

4.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

4.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal.

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

4.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS:

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem:

a) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas com base no custo de aquisição e é utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

b) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

c) Reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas com base na antiguidade dos saldos das contas de terceiros e tendo por base o critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e todas as quantias dos saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Conta	Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro de 2017
11	Caixa	24.150	21.211
121	Depósitos à ordem C.G.D	1.193.016	494.717
122	Depósitos à ordem BPI	16.285	27.482
123	Depósitos à ordem C.G.D2040035720130	54.592	54.611
124001	BPI/002 Conta Receitas	1.840.324	1.540.413
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da dívida	1.969.395	938.960
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	3.353.941	3.353.941
125	Banco Santander Totta, SA	31.985	23.564
131	Depósitos a Prazo – BPI	42.617	42.617
		8.526.305	6.497.516

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se registaram alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou em períodos futuros, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

7. PARTES RELACIONADAS

Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que seriam praticados com entidades independentes.

7.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS:

Integrando o círculo de ligações especiais definidas na NCRF 13 encontram-se as entidades detentoras do capital da Vimágua:

O capital é detido em 90% pela Câmara Municipal de Guimarães, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505948605 e em 10% pela Câmara Municipal de Vizela, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505985217.

7.2. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

As transações entre a Vimágua e as Câmaras Municipais traduzem-se no seguinte:

- Faturação da Vimágua proveniente dos Serviços prestados de água/saneamento;
- Faturação das Câmaras à Vimágua proveniente da contrapartida, conforme o definido no Contrato de Gestão;

- Entrega às Câmaras do valor das tarifas de lixo faturadas aos clientes por parte da Vimágua por conta das Câmaras.

Transações efetuadas durante o ano 2018 e saldos pendentes com as entidades relacionadas:

Transações com partes relacionadas	Compras/FSE	Vendas e Prestação de Serviços	Saldos Comerciais Dividas a receber	Saldos Comerciais Dividas a Pagar
CMG	1.993.121	601.457	65.273	3.914.808
CMV	228.831	102.536	24.199	434.974

No âmbito da delegação de competências das Câmaras relativamente à faturação de tarifas de lixo aos clientes, verificou-se, no decorrer do ano de 2018, a transferência do valor faturado pela Vimágua a título de tarifa de lixo:

- Câmara de Guimarães, o montante de 1.697.369,40 €;
- Câmara de Vizela, o montante de 667.658.41 €;

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte
Quantia Bruta escriturada inicial	1 218 497,36	2 634 876,00	75 266 283,20	869 044,86
Depreciações Acumuladas Iniciais		433 679,27	35 479 038,40	435 357,57
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada Inicial	1 218 497,36	2 201 196,73	39 787 244,80	433 687,29
Movimentos do período	8 793,05	-64 792,86	-2 252 181,41	231 635,31
Adições	8 793,05	5 861,26	1 200 781,50	364.131.06
Aquisições 1ª mão	8 793,05	5 861,26	735 063,67	364.131.06
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00		0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	465 717,83	0,00
Diminuições	0,00	70 654,12	3 452 962,91	132.495.75
Depreciações	0,00	70 654,12	3 452 962,91	132.495.75
Alienações valor aquisição	0,00	0,00		29 561,93
Alienações depreciações acumuladas	0,00	0,00		-29 561,93
Reclassificação Dep. Acumuladas		0,00		
Transferências AFT em Curso				
Quantia líquida escriturada final	1 227 290,41	2 136 403,87	37 535 063,39	665 322,60

Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total
791 453,07	141 095,90	2 587 954,33	83 509 204,72
715 093,91	79 500,05		37 142 669,20
0	0	0	0
76 359,16	61 595,85	2 587 954,33	46 366 535,52
-1 577,76	-6 802,25	1 430 408,93	-654 516,99
			0
30 526,51	4 865,03	1 430 408,93	3 045 367,34
30 526,51	4 865,03	1 896 126,76	3 045 367,34
0	0		0
0	0	-465 717,83	0
32 104,27	11 667,28	0	3 699 884,33
32 104,27	11 667,28		3 699 884,33
	0		29 561,93
	0		-29 561,93
			0
		0	0
			0
74 781,40	54 793,60	4 018 363,26	45 712 018,53

Durante o ano de 2018, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- CP 07/2016 -Extensão de redes de drenagem de águas residuais na zona 1 - freguesia de Briteiros Santo Estevão - 3ª fase - Área Nordeste à Urbanização do Real e Travessa da Escola
- AD 15/2017 -Substituição de um troço de rede de abastecimento de água na rua São Miguel e na rua das Eiras - 1.ª fase freguesia de Creixomil – Guimarães
- AD 14/2017-Substituição de um troço de rede de abastecimento de água na rua das Eiras - 2.ª fase - freguesia de Creixomil - Guimarães
- CP 02/2018 -Extensão de rede de drenagem de águas residuais na Rua de S. Bento - Freguesia de S. Miguel – Vizela
- CP 26/2016 - Substituição de um troço da conduta elevatória - R. Mãe de Água / R. M. Frio - 2.ª fase, freguesia de Mesão Frio - Guimarães
- Extensão de redes nas freguesias;
- Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento;
- Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento.

Dos Ativos fixos tangíveis em curso destacamos as seguintes obras:

- CP 05/2015 - Extensões de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais na zona 1 (2ª Fase) - Fermentões e sistema elevatório do bairro de S. José Freguesia de Ponte;
- CP 06/2016 - extensão de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais nas freguesias de santa Eulália, santo Adrião e u. f. de Tagilde e São Paio - concelho de Vizela
- CP 19/2016 - substituição de rede de abastecimento de água na rua Laurinda ferreira de Magalhães - 3ª fase - freguesia de Moreira de Cónegos
- CP 02/2017 - extensão de redes de drenagem de águas residuais na freguesia de Urgezes, na união de freguesias de Atães e Rendufe e na união de freguesias de Candoso Santiago e Mascotelos - concelho de Guimarães
- CP 42/2016 - Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais na Rua do Burgão, Rua do Bacelo e Rua das Antigas, Freguesia de Sande S. Martinho
- CP 35/2016 - Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais na Zona 1 – União de Freguesias de Briteiros Sto. Estevão e Donim – 3.ª fase
- CP 12/2017- Execução de Ligações Domiciliárias e Não Domiciliárias de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais nos Concelhos de Guimarães e Vizela
- CP 03/2018 - Extensão de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais nas freguesias de Aldão, Mesão Frio e União de Freguesias de Atães e Rendufe - Guimarães

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações foi o seguinte:

	Programas de Computador	Intangíveis em Curso	Total
Quantia Escriturada Bruta Inicial	249 051,55	0,00	249 051,55
Amortizações Acumuladas	140 651,11	0,00	140 651,11
Quantia Escriturada Líquida Inicial	108 400,44	0,00	108 400,44
Adições	0,00	0,00	0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	0,00
Amortizações ano	48.487.79	0,00	48.487.79.
Total das Diminuições	48.487.79	0,00	48.487.79
Quantia Escriturada Líquida Final	67.912.65	0,00	67.912.65

10. INVENTÁRIO

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente. A decomposição desta rubrica é a seguinte para cada um dos períodos em análise:

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Materiais	733.926	658.424
TOTAL	733.926	658.424

É esperado que os inventários sejam utilizados nas prestações de serviços até 12 meses após a data das demonstrações financeiras, pelo que não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.

O custo das matérias consumidas reconhecido no final de cada um dos períodos foi seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Existências iniciais	658.424	665.654
Compras	778.794	639.988
Regularização existências	-664.792	607.715
Existências finais	733.926	658.424
Total	38.500	39.503

As regularizações de existências dizem respeito a saídas de armazém para a conservação de rede, e para colocação de contadores.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	8.526.305		8.526.305	6.497.516		6.497.516
Estado e Outros Entes Públicos	915.337		915.337	828.815		828.815
Dívidas de Clientes	3.535.914	2.467.696	1.068.218	3.658.546	2.466.880	1.191.666
Outros créditos a receber	1.205.157		1.205.157	1.210.583		1.210.583
Ativos financeiros Totais	14.182.173	2.467.696	11.715.017	12.195.460	2.466.880	9.728.580

Dívidas a Fornecedores corrente	1.076.088		1.076.088	3.145.619		3.145.619
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	210.770		210.770	530.086		530.086
Outras dívidas a pagar corrente	6.116.421		6.116.421	5.620.398		5.620.398
Fornecedores não corrente	4.349.740		4.349.740			
Outras dívidas a pagar não corrente	2.480.465		2.480.465	2.741.474		2.741.474
Passivos financeiros mensurados ao valor nominal Subtotais	14.233.484		14.233.484	12.037.577		12.037.577
Financiamentos obtidos Corrente	1.454.208		1.454.208	1.427.449		1.427.449
Financiamentos obtidos não Corrente	11.747.196		11.747.196	13.201.403		13.201.403
Financiamentos obtidos Subtotais	13.201.404		13.201.404	14.628.852		14.628.852
Passivos financeiros Totais	27.434.888		27.434.888	26.666.429		26.666.429

12. CLIENTES

A 31 de dezembro 2018 a 31 de dezembro de 2017 a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Clientes Conta Corrente	875.350	1.002.670
Clientes Cobrança Duvidosa	2.660.564	2.655.876
Imparidade de clientes	2.467.696	2.466.880
Total	1.068.218	1.191.666

Nos períodos em análise foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

Descrição	Saldo inicial	Reconhecidos no período	Abate direto de dívida incobrável	Saldo final
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro 2017	2.373.110	93.778		2.466.880
Imparidades de dívidas a receber – 30 de dezembro 2018	2.466.880	816		2.467.696

O reconhecimento das perdas de imparidade decorreu de atrasos no pagamento, pese embora todos os esforços realizados no sentido de se obter a boa cobrança dos valores em dívida.

As imparidades reconhecidas foram calculadas com base no critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2018 saldo devedor	31 de dezembro 2018 saldo credor	31 de dezembro 2017 saldo devedor	31 de dezembro 2017 saldo credor
Imposto sobre rendimento	11.628			288.222
Imposto sobre valor acrescentado	903.710		828.815	
Retenção na Fonte		20.168		15.612
Contribuições seg social/cga		64.226		54.447
Outras contribuições		126.377		171.805
TOTAL	915.338	210.771	828.815	530.086

Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Acresce ainda referir que as outras contribuições correspondem à taxa de recursos hídricos faturadas aos clientes e a entregar quer às Águas de Norte quer à Agência Portuguesa do Ambiente (ARH NORTE).

14. OUTROS CREDITOS A RECEBER

A 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Outras Contas a Receber” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
2721	Devedores por acréscimo de rendimento	4.199	14.457
278101	Entidades financiadoras de Subsídios		
278102	Devedores - Participação de ramais	696.499	686.955
278103	Devedores – Acordos	466.893	386.986
278105	Devedores Coimas a cobrar	12.569	23.326
278106	Devedores estragos causados	726	726
278109	Outros Devedores	9.108	77.807
278+22 5+228	Outros	15.163	20.326
Total		1.205.157	1.210.583

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E JUROS SUPORTADOS

A 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2018		31 de dezembro 2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	10.219.746	1.263.499	11.483.246	1.238.995
Locação Financeira	1.527.450	190.708	1.718.157	188.453
TOTAL	11.747.196	1.454.207	13.201403	1.427.448

O valor referente ao empréstimo bancário diz respeito a um contrato de financiamento celebrado em 8 de junho de 2009, no montante de 25.200.000 euros, cujo vencimento seria março de 2029.

Decorrente deste contrato de financiamento foi constituída, na mesma data, uma hipoteca voluntária de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimágua, pelo montante de 252.415 euros.

Em 2012 foram celebrados dois aditamentos ao contrato de financiamento. O primeiro, celebrado a 12 de setembro, teve como objetivo o cancelamento de garantias prestadas pelos Municípios, designadamente o penhor financeiro das ações. O segundo aditamento, celebrado a 12 de dezembro, teve como objetivo antecipar o pagamento dos valores de contrapartida devidos aos Municípios de Guimarães e Vizela, compensado pela antecipação do final do período de carência de capital para 2013 e garantindo, conforme última revisão do modelo económico-financeiro, o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e os pagamentos aos bancos. Decorrente deste segundo aditamento a data de reembolso ou vencimento do empréstimo passou para 15 de setembro de 2026.

O valor referente a Locações financeiras diz respeito a um contrato de financiamento para aquisição do Edifício da sede da Vimágua

O valor dos juros suportados nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Juros Suportados	734.696	783.863
Outros gastos financiamentos	3.852	3.695
TOTAL	738.548	787.558

16. DERIVADOS DE COBERTURA – TAXA DE JURO

Descrição	31 de dezembro 2018		31 de dezembro 2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Derivados de Cobertura – Taxa Juro	2.003.085		2.351.526	
TOTAL	2.003.085		2.351.526	

Relativamente à rubrica de derivados de cobertura, a mesma diz respeito a um contrato de *Swaps* sobre a taxa de juro, celebrado com BPI e CGD em agosto de 2009.

17. FORNECEDORES

A 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2018		31 de dezembro 2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores	4.349.739	1.076.088		3.145.619
TOTAL	4.349.739	1.076.088		3.145.619

Relativamente à rubrica de fornecedores incluído em dívida não corrente o valor relativo à contrapartida faturada pelos Municípios, porquanto foi decidido, na sequência da aprovação do Plano Plurianual de Investimentos para o quinquénio 2018-2022, que só haverá lugar ao seu pagamento quando os rácios contratualizados com os bancos financiadores forem restabelecidos, o que se prevê venha ocorrer a partir de 2023.

18. OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

A 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Outras dívidas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro 2017
231	Remunerações a pagar	59	
271	Fornecedores de investimentos	629.729	365.370
272	Devedores e Credores por acréscimos	2.699.152	2.753.537
278104	Devedores - Depósito de Caução	20.511	18.919
2782	Credores – Credores Diversos	2.766.971	2.482.572
Total Corrente		6.116.421	5.620.398
2788	Ajustamentos em subsídios	2.480.465	2.741.474
Total Não Corrente		2.480.465	2.741.474

A rubrica “Credores Diversos” é constituída essencialmente por Garantias de Empreitadas no valor 891.459 € e Cauções de clientes no valor de 955.865 €.

19. DIFERIMENTOS

A 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Diferimentos	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais	6.929.500	6.741.956
total	6.929.500	6.741.956

A Rubrica “Ramais” corresponde aos valores pagos pelos clientes relativos a Ramais de água e Saneamento executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a respetiva taxa de depreciação do ativo.

20. CAPITAL E RESERVAS

20.1 Capital Social Subscrito

A 31 de dezembro de 2018 o capital social da empresa, no valor de 500.000,00 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 ações de valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a estrutura acionista é a seguinte:

Entidades detentoras de capital	31 de dezembro 2018		31 de dezembro 2017	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Município de Guimarães	450000	90%	450000	90%
Município de Vizela	50000	10%	50000	10%
	500000		500000	

20.2 Resultados Transitados

A 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultados transitados	-1.330.135	11.656
Ajustamento de transição	13.648	13.648
Ajustamento de transição SNC-Reserva de Derivado	1.552.391	1.822.433
TOTAL	235.904	1.847.737

20.3 Outras variações de capital próprio

A 31 de dezembro 2018 a 31 de dezembro de 2017 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Subsídios - Participação Entidades Financiadoras	11.024.290	12.184.332
Ajustamento em subsídio investimento	-2.480.465	-2.741.474
Doações	62.861	49.386
TOTAL	8.606.686	9.492.244

A imputação a rendimentos dos subsídios em cada um dos períodos foi a seguinte:

Descrição	31 de dezembro 2018	31 dezembro de 2017
Subsídios – Empreitadas	1.173.489	1.146.690

A rubrica *Doações* refere-se a protocolos celebrados com juntas de freguesia relativos a extensões de rede.

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, e foi determinado conforme se segue:

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Resultado líquido do período	1.277.561	1.341.790
Número de ações em circulação	500.000	500.000
Resultado por ação Básico	2,56	2,68

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, foi o seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	1.725.011	1.846.356
Imposto esperado à taxa nominal (coleta)	397.601	464.437
Tributação autónoma e derrama	37.963	40.129
Derrama estadual	11.886	
Imposto sobre o rendimento do período	447.450	504.566
Taxa efetiva	25.94%	27.33%

23. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 tem a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
711	Mercadorias	15.046	10.352
712	Produtos acabados e intermédios	6.162.646	6.335.875
721	Serviços de exploração Sector Saneamento	8.536.157	8.043.204
722	Serviços de exploração Sector Água	3.252.796	3.179.858
723	Outros serviços	30.653	29.483
725	Serviços secundários	227.644	255.521
	Total	18.224.942	17.854.293

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”, nos períodos findos a 31 dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
621	Subcontratos	4.844.815	4.456.165
6221	Trabalhos Especializados	974.856	940.373
6226	Conservação e reparação	828.275	707.768
622	Outras rubricas de Serviços Especializados	119.137	118.157
623	Materiais	91.304	85.306
6241	Eletricidade	1.071.987	1.064.447
624	Outras rubricas de energia e fluidos	114.946	108.407
625	Deslocações estadas e transportes	4.577	5.516
6261	Rendas e alugueres-Contrapartida	1.731.780	1.992.840
6262	Comunicação	480.099	447.309
626	Outras	157.460	144.250
	Total	10.419.237	10.070.537

25. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
631	Remunerações órgãos sociais	47.512	50.912
632	Remunerações do Pessoal	2.443.631	2.166.795
633	Benefícios pós Emprego		-
635	Encargos Sobre Remunerações	517.618	459.690
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	62.914	50.980
638	Outros gastos com o pessoal	71.238	97.700
	Total	3.142.913	2.826.077

Todas as remunerações aos órgãos sociais foram pagas em dinheiro, não existindo quaisquer obrigações legais ou estatutárias que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos.

A Administração foi considerada, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Vimágua. Foram atribuídas à Administração, no decorrer do ano e de 2018, remunerações relacionadas com o exercício das suas funções no montante de 47.512 Euros.

A rubrica de benefícios pós emprego refere-se ao primeiro mês de aposentação do funcionário, enquanto a sua pensão não é paga pela Caixa Geral de Aposentações.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação profissional, vestuário, consultas e exames médicos.

O número médio de empregados ao longo dos períodos em análise e o número de empregados no final destes períodos foi de:

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Número de empregados no final do período	192	170

26. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, inclui o montante de cerca de 1.173.489 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios para investimento e o montante de cerca de

555.833 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor faturado a título dos ramais de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens ativos fixos tangíveis subjacentes. A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a juros de mora no montante de cerca de 26.701 euros.

27. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas”, nos períodos findos a 31 de dezembro 2018 e 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
681	Impostos	50.320	60.430
683	Dívidas Incobráveis	35.712	49.191
688	Outros	88.648	281.258
684	Quebras de Inventários	7.906	
Total		182.586	390.879

28. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Uma vez que os valores relacionados com matérias ambientais despendidos pela empresa, não são relevantes não foram efetuados quaisquer registos específicos.

Em termos de política ambiental, a Empresa pretende ter coberto e dominado todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos de melhoria continuada de desempenho ambiental em que se destaca:

- . Prevenção da poluição
- . Cumprimento da legislação
- . Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa
- . Formação e sensibilização dos trabalhadores
- . Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa

29. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

29.1 PROVISÕES

No ano de 2018 a Vimágua reconheceu provisões relativas a processos judiciais em curso, no montante 16.884,00, tendo ainda outros processos em curso que de acordo com opinião de advogados da Empresa poderão não implicar pagamentos futuros.

29.2 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de dezembro de 2018, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Contudo, a Vimágua foi citada para ações com pedidos de indemnizações por danos, relativamente aos quais correm termos em Tribunal.

Em todos os processos a Vimágua entende que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias aos referidos processos, pelo que não se constitui qualquer provisão para o efeito.

29.3 GARANTIAS

Garantias a favor da Infraestruturas de Portugal, S.A. na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
Garantia nº 9015003405793	50.000
49 Garantias a 5.000 euros cada	245.000
39 Garantias a 1.000 euros cada	39.000
2 Garantias a 1.040 euros cada	2.080
1 Garantia a 1.430 euros cada	1.430
1 Garantia a 1.170 euros cada	1.170
1 Garantia a 1.350 euros cada	1.350
1 Garantia a 2.340 euros cada	2.340
5 Garantias a 3.000 Euros	15.000
1 Garantia a 4.200 euros cada	4.200
1 Garantia a 2430 euros	2.430
2 Garantias a 3.300 euros	6.600
1 Garantia a 1.800 euros	1.800
1 Garantia a 7.500 euros	7.500
1 Garantia a 2.100 euros	2.100
1 Garantia a 2.970 euros	2.970
1 Garantia a 3.150 euros	3.150

Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
9015007146793	1.000

Garantias a favor da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
9015007978693	25.000
9015008534493	25.000
2503009889693	25.000

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 66º-A, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas nos Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer do ano de 2018, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2018, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2019, nos prazos legais;
- d) Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, informa-se que em 31 de dezembro de 2018 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores;
- e) Conforme o disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 66.º-A do CSC, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante ano de 2018 foram de 10.000Euros e dizem respeito exclusivamente à revisão legal das contas.

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período até à data.

1.

32. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2019.

Contabilista Certificada:

▪Eva Maria Ferreira Salgado

E. Salgado

Direção Administrativa e

Financeira:

▪Paula Alexandrina Coelho

Fernandes

Paula A.E. Fernandes

Conselho de Administração:

▪Armino José Ferreira da Costa e

Silva

▪Joaquim Meireles Pereira

Gonçalves

Marta de Abreu Coutada

▪Marta de Abreu Coutada

